PT lança seu candidato à Presidência

POR UM BRASIL DIFERENTE
LULA PRESIDENTE

NOV/DEZ DE 87 - JAN DE 88 N.º 33 - Cz$ 20,00

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O encontro do crescimento

Cobertura completa do V Encontro Nacional do PT, pág. 7

Por um PT de massas

Plano Político Organizativo do PT para o 88/89, págs. 8 a 11

O Brasil que a gente quer

Veja o resumo do texto base do Programa Alternativo de Governo do PT, págs. 14 e 15

★

Momentos de decisão

Patrões não poupam esforços ou talões de cheques para anular os mínimos avanços sociais na nova Carta. Claudio Cerri pág. 2

Duca Lessa

Lula, candidato do PT à Presidência da República, faz seu discurso no V Encontro Nacional do PT.

Ao ser aclamado candidato do PT à Presidência da República durante o V Encontro Nacional do PT - realizado em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro - Lula afirma em seu discurso que o PT pode vencer, se cada militante for também um candidato e que esta campanha será o momento de mostrarmos nossa competência e coragem:

"A gente vai mostrar como é que o PT quer resolver o problema da dívida externa, um dos mais graves do País. Vamos mostrar que não se brinca com 140 milhões de pessoas. Vamos mostrar que se distribui renda é taxando o lucro. Vamos mostrar que com o PT no Governo banqueiro não bate-o-pé nem dá murro na mesa. Vamos ocupar cada espaço para dizer que socialismo não é bicho-papão. Vamos fazer uma campanha de ensinamentos. Este será o momento de mostrar que a gente pode tirar o país do lamaçal em que se encontra. É para isso que a campanha deve servir e é assim que poderemos ganhar."

Caso CIMI revela velha face do SNI

Contra a campanha sensacionalista sobre uma suposta ameaça à integridade de nosso território pela ação dos missionários e indigenistas. Plinio Arruda Sampaio pág. 3

EDIÇÃO ESPECIAL
5

A direita junta 40 milhões de dólares para comprar constituintes a quilo. O PMDB desmancha-se como lasanha ao sol. A crise mundial se aprofunda. E o país navega à deriva, caminhando para uma trombada na História.

Momentos de decisão

A ofensiva do patronato para tomar de assalto a Constituinte nessa fase final de votação de projetos é de um didatismo histórico. A classe dominante no Brasil, mais um vez, mostra uma intransigência radical diante de qualquer reforma que venha a reduzir, o mínimo que seja, a sua dominação sobre o aparelho de Estado.

Os patrões não poupam esforços, nem talões de cheques, para anular avanços sociais mínimos na nova Carta. Em apenas dez dias, conforme noticiaram vários jornais, eles juntaram US$ 40 milhões para comprar constituintes a quilo. Brasília foi invalidada pelo gado da UDR, que Ronaldo Caiado mobiliza como massa de manobra, misturando gado e gente como convém a um plutocrata fundiário.

O cerco não se limita a gado, cheques e dólares. Nas ruas das várias capitais do país, ouvem-se as fanfarras marciais da Tradição, Família e Propriedade (TFP). A velha organização da extrema direita, cujo assanhamento sempre prenunciou momentos difíceis para o país, foi arrendada agora pelos poderosos para mais uma campanha "democrática": eles querem adiar para daqui a três anos - afinal, o que são três anos? - a discussão das questões econômicas da nova Carta. Quem sabe até lá, com a votação de uma Assembléia, ainda mais mansa, consiga-se nivelar a representação constituinte ao grau extremo de reacionarismo exigido pelos donos do Brasil.

Um acordo inviável

É transparente o processo de regressão acelerado vivido pelo país nos últimos meses. Ele não se restringe às questões políticas. O recente acordo com os credores - que fará o país desembolsar US$ 500 milhões para o pagamento de juros, até o final deste ano - é outro reflexo do redirecionamento ortodoxo da Nova República, após breve intervalo populista durante o Cruzado.

Acima de tudo, o fim da moratória é uma demonstração da absoluta falta de rumo e de alternativas da burguesia brasileira diante da crise. Nunca o quadro internacional foi tão desfavorável a uma tentativa de reatamento ortodoxo com a comunidade financeira como agora. E se a burguesia segue esse caminho é porque realmente navega às cegas, em meio a uma tormenta que promete estragos semelhantes aos de 1929.

Os economistas mais esclarecidos são unânimes em advertir que a recente quebra da Bolsa de Nova Iorque é apenas o sinal de partida de um processo que pode durar anos. O crack de 1929, por exemplo, ocorreu em outubro daquele ano, mas a recessão brava mesmo chegou em 1931 e arrastou-se até 1933, de maneira fulminante.

Claro que existem distinções importantes entre as características do capitalismo de então e o sistema financeiro de hoje. A capacidade de intervenção do Estado, por exemplo, é maior. A formulação de políticas solidárias entre as potências mundiais é uma válvula de escape que está sendo tentanda. Todavia, subsistem desafios de fundo que forçosamente arrastarão o mercado mundial para uma crise profunda.

Um capitalismo de vento

O mundo capitalista vive uma fronteira ambígua, explosiva. Os EUA ainda detêm a maior fatia do poder econômico e político, mas registram uma inequívoca decadência - perda de competitividade, revezes tecnológicos, queda de produtividade, elevação de custos. Tudo isso tem sido encoberto, graças à atração de capitais de todo mundo para investimentos em papéis nos EUA, que pagaram juros elevados. Esse processo irradiou-se pelos vários segmentos do mercado, alavancando de forma artificial os chamados "ativos", caso das ações, por exemplo. Os preços desses papéis atingiram níveis absolutamente injustificáveis - sem correspondência concreta com a produção. Resultado, formou-se uma enorme nuvem de especulação sustentada pelo vento.

Os analistas e investidores mais espertos vêm se preocupando com esse fenômeno há tempos. E numa segunda-feira de outubro último, a apreensão transformou-se num rastilho de ordens e vendas, que faz despencar espetacularmente as cotações das Bolsas em todo o mundo. Mas é só o aperitivo, advertem os especialistas...

A direita joga a rede

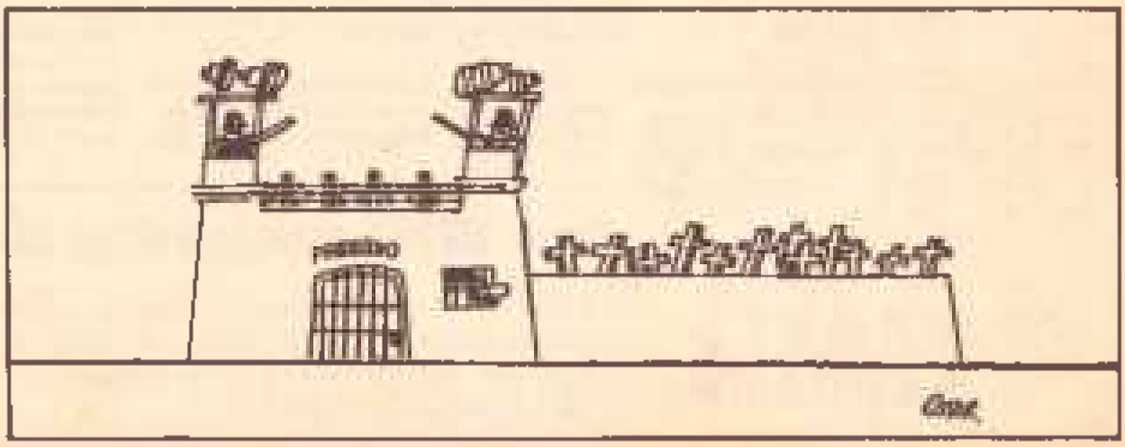
A provável sequência de eventos da crise será a fuga dos investidores, em todo o mundo, para aplicações de curtíssimo prazo - já que ninguém sabe o que vai ocorrer com os juros, as ações etc. Resultado: os banqueiros vão subir as taxas de juros para atrair os capitais e isso antecipará a recessão. Além disso, vários segmentos do mercado, golpeados pelo súbito esfarelamento de seu patrimônio (quem tinha muitas ações perdeu pesado), não terão condições de honrar suas dívidas. A recessão irá se agravar. O mercado internacional tende a se encolher. E os países que necessitarem exportar de forma crescente, para pagar juros da dívida, cairão no sufoco.

Fica claro, portanto, a falta de visão política do governo Sarney ao assumir compromissos com os credores num quadro de instabilidade como esse.

À cegueira dos tecnocratas, infelizmente, soma-se a complacência inesgotável dos políticos da Nova República. O PMDB parece uma lasanha ao sol. Decompõe-se, desmancha-se sem oferecer a menor resistência à avassaladora investida da direita e das políticas ortodoxas.

A direita já percebeu esse estado de putrefação do partido majoritário e joga suas redes para abiscoitar aliados sensíveis aos cheques. Ao mesmo tempo, ensaia passos de golpe no balé marcial de Caiado/TFP & Cia. Nesse quadro, em que a crise pode jogar a classe média para a direita, a única via aberta aos trabalhadores são as ruas e a luta por eleições diretas - urgentes.

Claudio Cerri



Pior que a radiação só a discriminação

Depois do Césio-137, uma nova catástrofe cai sobre os goianenses: o pânico e a discriminação

O acidente radioativo em Goiânia e suas lamentáveis conseqüências revelam claramente - além da negligência e do despreparo dos responsáveis pela fiscalização de materiais nucleares - a total falta de credibilidade das autoridades públicas brasileiras.

Goiânia sofreu duas catástrofes: a primeira foi a liberação do sal de Césio 137, que contaminou algumas pessoas causando vítimas fatais; a segunda está sendo a discriminação generalizada de que é alvo a população goianiense.

Muito já se falou da primeira catástrofe. É necessário agora abrir uma séria discussão sobre a segunda.

O Césio liberado está na forma de um sal pesado, não se encontra disponível no ar, não se dissolveu nas águas pluviais de modo ponderável e, portanto, não pode contaminar senão os que tiveram contato físico direto com ele. Estas foram as explicações dos físicos e das autoridades. E elas estão, pelos conhecimentos que temos, absolutamente corretas. Mas poucos acreditaram. Por quê?

Além da desinformação popular geral sobre a radioatividade e seus efeitos - quando houve falar em contaminação o povo imagina que o césio é uma espécie de vírus que se reproduz ou um ser animado invisível que penetra por todas as frestas atrás de vítimas - três motivos devem ser apontados para explicar a origem do pânico e da discriminação social causada pelo acidente: o tratamento sensacionalista e anti-científico dado pela imprensa ao fato, exagerando suas proporções; o sigilo que envolve a política nuclear brasileira, orientada pela Doutrina de Segurança Nacional; e, finalmente, o absoluto descrédito das autoridades, como naquela história do menino mentiroso que, quando viu de fato o lobo, não foi levado a sério por ninguém.

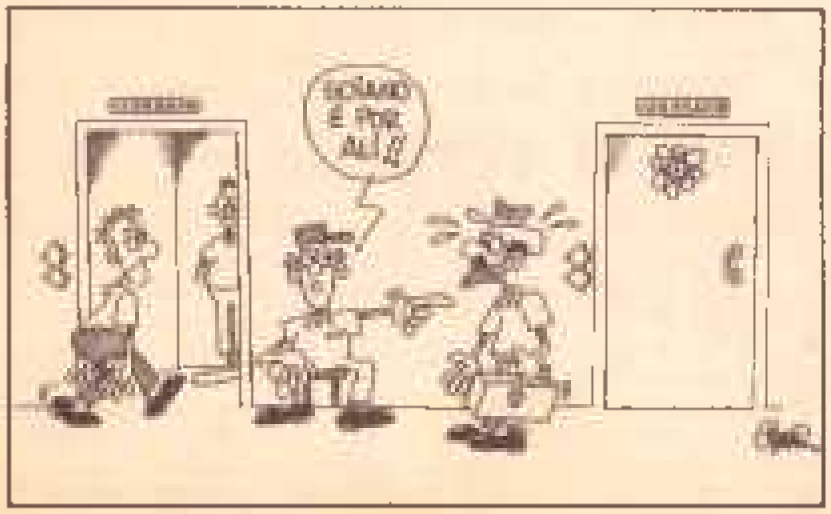
Em termos sociais, o pânico e a discriminação estão fazendo vítimas em proporção numérica incomparavelmente maior ao reduzido número de pessoas que se contaminaram com a substância radioativa. Os efeitos psico-sociais e psico-somáticos da preocupação, da angústia e da incerteza por que passaram e estão passando milhares de goianos ainda vão causar muitas vítimas, talvez com um nível de gravidade comparável ao de alguns contaminados, como se verificou no último acidente com uma usina nuclear nos Estados Unidos.

O mais grave aqui é que a injustificada discriminação que vem crescendo em várias partes do país em relação aos habitantes goianienses e goianos em geral, reforça uma componente ideológica de direita na sociedade brasileira, somando-se à discriminação contra a Aids, contra o deficiente, contra o negro, contra a mulher, contra o pobre.

No plano ideológico, os estímulos às discriminações sociais - seja qual foi seu motivo ou pretexto - se contrapõem à solidariedade e a fraternidade, valores que queremos ver exaltados na nova sociedade socialista que lutamos para construir no Brasil.

Prestar solidariedade concreta às vítimas, exigir das autoridades justa indenização e acompanhamento aos atingidos com a punição dos responsáveis; lutar pela formulação de uma política nuclear aberta ao debate da comunidade científica e da população, separando os órgãos que fiscalizam o emprego de materiais radioativos das instituições que utilizam a energia nuclear; e, fundamentalmente, combater a discriminação que atinge a população de Goiás, constituem tarefas políticas que nosso partido não pode deixar de cumprir neste momento.

Augusto de Franco
membro do DN



Caso CIMI revela a velha face do SNI

Uma denúncia do jornal **O Estado de S. Paulo** deu origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as atividades do CIMI - Conselho Indigenista Missionário - nas regiões indígenas. O objetivo é claro: as companhias mineradoras querem explorar jazidas minerais localizadas em reservas indígenas. A igreja, na defesa dos índios, opõe-se a isso e, junto com centenas de entidades indígenas e ecológicas, vêm mostrando aos constituintes a necessidade de impedir que particulares explorem jazidas minerais em terras indígenas. As empresas privadas - preocupadas com os lucros - não podem fazer gastos que são requeridos para preservar o modo de vida e a cultura das tribos indígenas que vivem em regiões de subsolo rico. Só o Estado tem condições de arcar com esses gastos e por isso mesmo deve ter o monopólio da exploração nessas áreas.

Para impedir que essa idéia prevaleça, desencadeou-se uma campanha sensacionalista, destinada a assustar os constituintes com uma suposta ameaça à integridade do nosso território, em decorrência da ação dos missionários e dos indigenistas. Nesse afã, não hesitaram em insinuar que esses grupos estão atuando sob inspiração e financiamento de mineradoras estrangeiras, interessadas em que as reservas minerais da Amazônia permaneçam inexploradas.

Os primeiros resultados da CPI foram desastrosos para os caluniadores: exames periciais demonstram que eram falsos os três documentos em que se basearam as reportagens jornalísticas. Isto atrapalhou bem a manobra dos caluniadores.

Mas, nem bem se esclareceu a calúnia, desencadeou-se novo ataque, desta vez com documentos atribuídos ao Conselho de Segurança Nacional. A CPI vai apurar a autenticidade desses documentos. Se forem autênticos a situação tornar-se-á grave e irá requerer enérgicas providências do Congresso Nacional, porque o material exibido demonstra que a ideologia do autoritarismo permanece inalterada, em um regime que se proclama democrático.

Conceitos como os de "Objetivos Nacionais Permanentes", propostas como as de criação de um Grupo Interministerial composto do SNI/SG/CSN e Itamaraty para controlar as atividades da igreja, fichas de informação forjadas com dados colhidos da forma mais leviana, irresponsável e parcial e acusações absolutamente infundadas de que o clero prega a violência e faz contrabando de ouro, fazem reviver os métodos repressivos do pior período da ditadura militar. Se se confirmar que esse material foi produzido por funcionários do Estado, pagos com o dinheiro do contribuinte, será necessário proceder a uma reestruturação completa dos órgãos de informação e segurança, a fim de preservar os direitos dos cidadãos e a estabilidade da democracia.

Plínio de Arruda Sampaio

O massacre dos garimpeiros

A matança ocorrida em Serra Pelada, em dezembro de 1987, não tem precedentes na história recente do País. Seja como for contado o episódio, um fato é inegável: os garimpeiros que tomaram a ponte sobre o rio Tocantins não possuíam armas, faziam uma manifestação pacífica em defesa de seus interesses.

Se, tal como afirmaram, o objetivo das autoridades era desobstruir a ponte, porque a polícia cercou-a pelos dois lados e entrou atirando bombas de gás lacrimogêneo e metralhando tudo à sua frente? Se houvesse nisso alguma lógica, seu objetivo real seria matar os manifestantes ou esperar que se jogasem da ponte, num salto mortal de 70 metros de altura. Foi o que ocorreu; diversos tombaram baleados, outros em desespero atiraram-se ao rio. Até agora continuam desaparecidas 93 pessoas.

As autoridades locais negam-se a admitir mais do que três mortes e recusam-se a abrir inquérito policial para investigação do ocorrido, o que configura, mais uma vez, seu abuso de poder.

Relatando à CEN sua ida a Marabá, junto a uma Comissão suprapartidária, o presidente nacional do PT, Olívio Dutra, afirmou ter encontrado um clima de terror em que ninguém quer falar. Levantou a hipótese de o conflito ter surgido a partir de uma disputa entre os Governos estadual e federal, que querem manter o controle político da área através de suas polícias. Olívio também falou sobre a falta de unidade do movimento, a pouca representatividade do Sindicato e sobre o centro de corrupção que representa a cooperativa dos garimpeiros. Observa-se - diz Olívio - uma certa veneração pela Polícia Federal, que fiscaliza a área e negocia com o Governo federal o pagamento dos garimpeiros.

O Governo da Nova República faz tudo para minimizar o fato. Ninguém se importa com essas mortes, assim como não se importam com as vidas dos que se arriscam diariamente. A principal reivindicação desses trabalhadores - o rebaixamento das bordas da cava do garimpo para evitar deslizamentos - até agora não foi atendida.

O Governo do Pará deve ser publicamente responsabilizado, afirma Olívio Dutra. "Não podemos aceitar a recusa de abertura de inquérito. As autoridades têm que prestar contas de seus atos criminosos."

Em razão da extrema gravidade dos fatos e da iminente impunidade dos responsáveis, o PT convoca todos os companheiros com mandatos legislativos, as Secretarias Agrárias, os sindicatos e entidades comprometidas com a luta da classe trabalhadora a enviar telegramas ao governador Hélio Gueiros (Palácio Lauro Sodré, Belém/PA), pedindo sua renúncia em nome da justiça e da democracia; ao deputado Ulysses Guimarães (Câmara dos Deputados, Brasília/DF), instando a Câmara a autorizar a abertura da CPI em nível federal, para investigação do ocorrido; enviar telegramas a todos os parlamentares federais, pressionando-os no sentido da abertura da CPI; enviar telegramas aos componentes da Assembléia Legislativa do Pará, pressionando-os a abrirem uma CPI em nível estadual.

O PT também solicita aos que têm contato com entidades internacionais que sugiram manifestações de apoio do exterior aos garimpeiros, e de repúdio por essa grave violação dos direitos humanos em nosso País.

As cartas devem ser enviadas às seguintes autoridades brasileiras: Presidente da República, José Sarney - Palácio do Planalto - Brasília/DF; Ministro do Interior, João Alves - Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 7.º andar; Ministro da Justiça, Paulo Brossard - Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede do Ministério da Justiça.

Grande vitória em Vila Velha (ES)

Após oito anos de organização e luta no Estado do Espírito Santo, o PT elegeu, pela coligação PT/PSB, Magno Pires prefeito de Vila Velha.

O eleitorado de Vila Velha, embora desiludido e desesperançado das promessas de palanque, viu no PT uma saída. O grande número de votos anulados representam, no geral, a revolta e a descrença das pessoas contra os atuais dirigentes e seus partidos. A vitória da coligação PT/PSB trará lições para todos os participantes do processo. Com o discreto apoio do PC do B, a coligação PT/PSB conquistou 38,5% dos votos válidos e 25% do total de votantes, disputando contra cinco adversários. Além disso, livrou quase 30% de vantagem sobre o candidato do PMDB e mais do que dobrou a boa votação do PCB e aliados.

A vantagem indiscutível do PT é o efetivo enraizamento de seus militantes e simpatizantes nos diversos movimentos sociais organizados. Além disso, a democracia interna e a disciplina partidária forjam uma unidade nas lutas, defendida com garra e determinação por todos. O trabalho de boca de urna executado provou isso mais uma vez.

Os companheiros do PT/PSB de Vila Velha já estão conscientes das responsabilidades que essa vitória representa e das dificuldades que encontrarão. O PMDB, em quase vinte anos de administração no Município, deixou para o PT/PSB muitos problemas. Mas a coligação vencerá esses desafios com trabalho. Será realizada uma ampla auditoria, com a participação do Conselho Comunitário, dos servidores, Prefeitura e Câmara, para conhecimento da real situação em que se encontra a administração municipal. Irregularidades e abusos na utilização dos recursos públicos, por ventura encontrados, serão profundamente apurados e os responsáveis terão que arcar com suas responsabilidades. O prefeito eleito; Magno Pires encaminhará os resultados desse levantamento aos demais poderes e à população de Vila Velha, numa prática de administração realmente transparente. Temos certeza de que o povo de Vila Velha fez a melhor escolha e mandou um duro recado aos políticos tradicionais.

Pedro Marcio Brandão
membro da Executiva Regional PT/ES

Mais uma prefeitura no Ceará

José Airton Felix Cirilo da Silva, prefeito de Incapuí/CE, declarou em praça pública, na segunda semana cultural da cidade, em comemoração ao 4.º ano de emancipação política e administrativa, sua mudança de legenda. José Cirilo deixa o PMBD para ingressar no PT.

Deixaram apenas o caos

A serviço da verdade

Não é possível disputar eficientemente as eleições municipais e presidencial e, mais ainda, organizar o Partido sem contar com um jornal. Contudo, são poucos os locais em que os diretórios conseguiram superar as dificuldades e viabilizaram a criação de uma imprensa local.

Cacoal, um município de 60 mil habitantes situado no sul do estado de Rondônia, é uma exceção. Lá dirigentes do Partido estimularam a criação de um jornal semanal standard de oito páginas, o "Jornal do Norte". Impresso na própria cidade, o jornal começou a sair no dia 22 de novembro de 1987 e até hoje circulou toda semana, sem interrupção.

Publicado por uma empresa que "não é do PT" da qual são sócios entidades sindicais, igreja e companheiros do Partido, o jornal tem conseguido disputar com o jornal da classe dominante local a atenção da população. Talvez porque, como se pode ler no seu cabeçalho, o Jornal do Norte está a serviço da verdade.

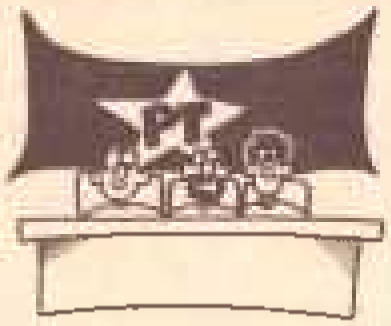
PT no Centenário da Abolição

O ano de 1988 colocará em pauta para a sociedade brasileira um dos grandes tabus nacionais: as relações raciais. A oito meses do Centenário vários são os projetos em andamento e distintas são as orientações que obedecerão. Assim, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares convidou alguns companheiros petistas e militantes do movimento negro, para organizar um debate partidário sobre a posição do PT diante das anunciadas comemorações do chamado "Centenário da Abolição da Escravatura".

A Comissão Petista do Centenário, vinculada à SNMP, tem como tarefa central assessorar o PT na tomada de posição sobre o centenário. Para isso elaborará um conjunto de documentos para debates e propostas para reuniões e seminários.

Das discussões já havidas no interior da Comissão resultou o seguinte esboço de posicionamento:

O Partido dos Trabalhadores deve contrapor-se à idéia vigente de que a abolição foi uma dádiva à população escrava e que, portanto, deve ser "comemorada" com um misto de gratidão e reconhecimento. Ao contrário, o PT deve aproveitar a ocasião para fazer a crítica pública tanto da escravidão quanto da forma como foi oficialmente extinta, como do tratamento posterior dado à população negra. Deve ainda analisar, denunciar e combater o caráter racista dos preconceitos e das discriminações contra os negros, vigente em nossa sociedade. Deve procurar entender como se interligam as questões raciais e as lutas de classes numa sociedade como a nossa. Deve, enfim, propiciar e estimular, no interior do Partido, amplo debate que resulte em propostas claras não apenas em relação à oportunidade do centenário,



mas, principalmente, no que se refere à conquista de liberdades democráticas no Brasil. Para isso, os debates devem abrir perspectivas sobre a conveniência e as características de uma organização mais permanente dos petistas militantes do movimento negro no interior da estrutura partidária.

Para o PT, a questão do negro no Brasil não deve estar restrita às preocupações da população negra ou dos movimentos negros, apenas, mas deve integrar o elenco das questões relevantes de todos os filiados petistas e, ainda, de todos quantos lutem pela libertação da classe trabalhadora e pela construção do socialismo.

A SNMP também recomenda aos Diretórios Regionais e Municipais que estimulem a criação de Comissões semelhantes em seus respectivos âmbitos e estabeleçam articulação entre essas e a Comissão Nacional.

Sugestão de roteiro para contribuições:

1. Qual deve ser a posição do PT no Centenário da Abolição?
2. Que propostas o PT deve ter para o Movimento Sindical e Popular?
3. O que o PT deve fazer e de que forma?

Estas contribuições devem ser enviadas para a SNMP aos cuidados de Sônia (Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo/SP)

DICAS PARA LEITURA

O interesse pela história da esquerda brasileira tem crescido muito no interior do PT, acompanhando o debate sobre o caráter do Partido e suas tendências. Cresceu também a procura de textos que dêem ao tema um tratamento histórico acessível. Três livros recém-publicados podem contribuir nesse sentido.

História das Tendências no Brasil, de Antonio Ozai da Silva, fornece uma visão panorâmica da história das organizações de esquerda no Brasil, com incursões sobre a origem internacional de suas formulações teóricas.

Combate nas Trevas, de Jacob Gorender (Ed. Ática), estuda a luta das organizações de esquerda no Brasil durante o período da ditadura militar, buscando as causas de sua derrota não só na ação repressora do regime, mas também em seus erros e na história anterior ao golpe.

Massacre na Lapa de Pedro Estevão da Rocha Pomar (Ed. Busca Vida), analisa a queda do Comitê Central do PC do B, em dezembro de 1976, buscando as razões que permitiram ao Exército localizar a reunião e assassinar três de seus participantes, naquela que foi a última eliminação física de opositores da ditadura militar.

Os três livros fornecem uma abordagem comprometida e ao mesmo tempo crítica, sendo importantes para quem quiser compreender mais a nossa própria história. VP

PALAVRA DE LÍDER

Devanir Ribeiro*

Combater o "neo-peleguismo" superando o vanguardismo

Nosso papel é o de combater o colaboracionismo no meio operário, unificando o movimento sindical através de lutas que não neguem as reivindicações imediatas, e que nelas não se esgotem.

Com o aprofundamento da crise econômica, política e social, ressurgem no movimento sindical brasileiro propostas de concepções e práticas travestidas de novas. O fato é que tais propostas não são tão novas como aparentam ser, ou como os meios de comunicação de massas tentam passar. Algumas são historicamente conhecidas e praticadas no mundo capitalista contemporâneo, principalmente nos Estados Unidos, onde se desenvolve o sindicalismo de negócios, difundido aqui no Brasil como "sindicalismo de resultados".

Esta prática sindical foi desenvolvida nos vinte anos de ditadura militar, quando os sindicatos estavam sob intervenção, e os interventores passaram a ter um relacionamento estreito com a AFL-CIO, central sindical norte-americana, e começaram a receber cursos, através do ICT - Instituto de Cultura Sindical, que tem como representante oficial aqui o sr. Rogério Magri, que hoje faz aliança com o sr. Luis Antonio Medeiros.

Tal prática não vai além da proposta colaboracionista, que procura enquadrar a luta dos trabalhadores dentro dos limites do sistema capitalista. A luta reinvidicatória, por melhores salários e condições de vida, é objetivo estratégico dessa proposta sindical, que se recusa a questionar a fundo o sistema capitalista e, portanto, esconde a exploração do capital sobre o trabalho assalariado. Portanto, o sindicalismo de resultado, que está representado dentro da CGT, propõe na prática a aceitação dessa exploração, a colaboração de classes, a defesa da estrutura sindical atrelada, corporativista e impede a organização independente dos trabalhadores.

Luis Antonio e Magri, que são os grandes defensores dessa proposta, vão para a televisão e para a grande imprensa. Eles defendem sindicatos apolíticos e o capitalismo moderno; são contra a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego; são a favor da conversão da dívida externa e da privatização das estatais. É a política de fortalecimento dos patrões em detrimento das reivindicações dos trabalhadores.

Essa proposta é marcada historicamente pelo seu caráter anticomunista, dizendo que o socialismo não emplaca no Brasil, e tenta dar uma nova fisionomia ao velho peleguismo, instituindo o "Neo peleguismo". Temos que combater essa proposta. No entanto, ao combatê-la não podemos cair no vanguardismo, também uma prática sindical tão perniciosa à classe trabalhadora quanto a reformista. Com o objetivo de combater os reformistas e pelegos, o vanguardismo cai no outro extremo, negando as reivindicações imediatas do movimento, e só trabalha a nível de militância, não penetra no movimento de massas, ficando apenas na propaganda do socialismo, sem organizar os trabalhadores para um enfrentamento mais consciente. Essa proposta eu a chamo de "Sindicalismo de Vanguarda".

Nós, sindicalistas do PT, temos que combater essas propostas e para isso devemos aplicar nossa linha sindical corretamente, respeitando sempre a autonomia dos movimentos.

Nossa linha sindical é fundamentada no sindicalismo classista e de massas, que despontou nos anos 78, 79 e 80, com as grandes greves, inicialmente no ABC, mas ganhando rapidamente todo o Brasil, e foi destas lutas que surgiram as duas ferramentas mais importantes para a classe trabalhadora: o PT em 1980 e a CUT em 1983.

A Central tem o papel de buscar a unificação do movimento sindical, enquanto que o Partido tem como tarefa organizar politicamente os trabalhadores e ter uma proposta global para a transformação da sociedade.

Esta deve ser a prática de todo militante petista que pretenda realizar a revolução socialista no Brasil.

**Secretário Sindical*

Mais um golpe da Nova República contra a Reforma Agrária

Presente de fim de ano para a UDR: o último decreto-lei do governo além de atropelar a Constituinte e extinguir o Incra condena à morte a reforma agrária no Brasil

Aqueles que ainda tinham ilusões com as promessas da "Nova República" de realizar a reforma agrária, apesar dos constantes retrocessos expressos desde a assinatura do PNRA, certamente não alimentarão mais esperanças, depois da edição do Decreto-lei n.° 2.363 de 21/10/87 que atropela a Constituinte, extingue o INCRA e fere mortalmente a reforma agrária no Brasil.

O Decreto-lei estabelece, entre outras medidas, que o MIRAD "buscará a participação da iniciativa privada" na execução das atividades a seu cargo e que "não podem ser desapropriadas as áreas em produção"; aumenta os limites regionais, anteriormente fixados em 3 módulos rurais, abaixo dos quais não poderá haver desapropriação por interesse social; dá direito ao proprietário de escolher para si 25% da área do imóvel tornando-a "reserva perpétua", que jamais poderá vir a ser desapropriada para fins de reforma agrária não importando o uso que dele faça o proprietário; obriga a destinação para a União, de 10% da área do imóvel que receber incentivos fiscais para fins de "assentamento de pequenos agricultores"; e finalmente, determina a revisão de todos os processos de desapropriação que ainda não tenham decreto publicado, com base nos novos critérios.

Inviabilizando a Reforma

Estes retrocessos em relação à reforma agrária não constituem medida isolada. Simplesmente expressam os recuos da "Nova República" nas questões da dívida externa, do combate à inflação, da política salarial, da casa própria, entre outros.

A conspiração golpista do Decreto-lei de Sarney contra os trabalhadores rurais é evidente. Setores ligados à UDR são os únicos beneficiados por estas regras que contemplam propostas apresentadas na Constituinte pelos deputados Jorge Viana, Rosa Prata e Cardoso Alves e que alteram substancialmente a legislação agrária brasileira, como o Estatuto da Terra, por exemplo.

Aliás, as consequências deste Decreto-lei merecem ser analisadas.

Essa vinculação da questão fundiária com teses da UDR caracteriza a cada dia, o compromisso deliberado da "Nova República" com o retrocesso político. Não foi à toa que as regras do jogo foram mudadas. A "privatização da reforma agrária" é a meta a ser atingida, de acordo com os interesses desses setores. Aliás, é o que se explicita no Art. 4.°, § 3.° do referido Decreto-lei. Como resultado disso, o caminho a ser adotado é o da ressurreição da política de colonização privada da ditadura militar e o da abertura de brecha na legislação para que a reforma agrária se transforme em negociata, com sérias consequências para os trabalhadores rurais.

Beneficiando o latifúndio

As modificações introduzidas pelo Decreto-lei, além de desfigurarem a reforma agrária, praticamente a inviabiliza. Os critérios de desapropriação estabelecidos no Art. 5.°, beneficia o latifúndio (por dimensão e exploração) e o que é mais grave, reduz consideravelmente a qualidade e o número de imóveis passíveis de desapropriação, em flagrante ofensa ao princípio legal vigente, senão vejamos:

a) ignora ostensivamente a função social da propriedade definida no Estatuto da Terra, criando em seu lugar o vago e genérico conceito de "áreas em produção", não importando as condições e níveis de produtividade, preservação do meio-ambiente, e menos ainda, a observância ou não da legislação trabalhista, deixando intactas as áreas de tensão e/ou de conflito social.

b) o limite mínimo de área definido para a desapropriação - 1.500 ha na área de atuação da SUDAM; 1.000 ha na área da SUDECO; 500 ha na área da SUDENE e 250 ha no restante do País - exclui do processo de reforma agrária o grosso dos "latifúndios por exploração" e os imóveis em conflito que tenham dimensão inferior aos limites fixados; reduz a possibilidade de assentamentos dos trabalhadores rurais no próprio município ou Estado; exclui da relação de beneficiários todos os minifundiários ao impossibilitar a desapropriação e ampliação de suas terras através do remembramento ou concessão de área complementar. Além disso, o estabelecimento desses limites estimulará o desmembramento de latifúndios até a dimensão dos limites fixados, com subdivisão entre membros da família, prepostos ou, "empresas-fantasmas", reduzindo substancialmente as áreas passíveis de intervenção.

c) ao determinar que o proprietário escolhe 25% da área do imóvel que permanecerá sob seu domínio, não podendo esta jamais ser desapropriada, reduz a possibilidade de incorporar à reforma agrária solos mais férteis, recursos hídricos do imóvel e outras benfeitorias imprescindíveis ao desenvolvimento sócio-econômico do assentamento, comprometendo sua viabilidade. Além disso, favorece a continuidade da influência do proprietário sobre os assentados, sem contar que nas áreas de conflito, permanecerá a animosidade entre estes e ex-proprietário.

Vale ressaltar que, segundo o Art. 17, os 395 processos instruídos pelo INCRA equivalentes a 2.082.613 ha com capacidade de assentar 39.058 famílias, serão revistos com base nos novos critérios. Destes, 56 imóveis serão automaticamente excluídos pelo limite de área definido no Decreto-lei, em sua maioria, imóveis onde há conflito. Pior ainda, o estoque de terra disponível para a reforma agrária que, segundo critérios do Estatuto da Terra era de 241.129.000 ha, com o Decreto-lei será reduzido para 81.527.000 ha, correspondendo a uma perda de 66,2% no País. Por região, a redução deste estoque é de : 54,4% - Norte; 64% - Nordeste; 85% - Sudeste; 80,2% - Sul e 63,4% - Centro-Oeste, o que praticamente inviabiliza a reforma agrária no sul e sudeste.

Favorecendo a concentração fundiária

Finalmente, o governo subordina a reforma agrária à política de incentivos fiscais - quando o correto seria o inverso - ao determinar que 10% da área dos imóveis beneficiados por esses incentivos, seja reservado para assentamento de pequenos produtores (Art. 7.°), transformando-os em reserva de mão-de-obra barata para os imóveis incentivados, muitos dos quais são latifúndios. Mais grave ainda, favorece a reconcentração fundiária, a médio ou longo razo, pela reincorporação das pequenas áreas às grandes.

É hora de dizer um basta a esta prática autoritária dos Decretos-lei e de exigir que as questões de relevância para a população sejam, no mínimo, submetidas ao Congresso Nacional. Faz-se necessário uma pressão junto aos Constituintes pela rejeição deste Decreto-lei e para assegurar as conquistas obtidas em termos de legislação agrária, ironicamente durante a ditadura militar.

Aliás as reações a esse decreto logo se fizeram sentir por parte do movimento dos sem-terra, Contag, CUT e outras entidades comprometidas com a reforma agrária.

Clara Evangelista

Elaborado pelo conjunto da Comissão Agrária do PT-DF

O Encontro do Crescimento

O lançamento da candidatura de Lula para presidente da República, a reiteração do reconhecimento de tendências dentro do Partido e sua regulamentação e o Plano Político-Organizativo com os objetivos estratégicos e táticos do PT marcaram o V Encontro Nacional - instância máxima de deliberação - realizado em Brasília, nos dia 4, 5 e 6 de dezembro de 1987.

A indicação de Lula como candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República já era esperada. Faixas, cartazes e camisetas com os dizeres: "Lula presidente" estavam por todo o Auditório Petrônio Portela, do Senado, e entre os delegados presentes ao Encontro.

Aclamado por unanimidade pelos 360 delegados, Lula disse que dará à campanha uma conotação mais classista e tentará mostrar "que o socialismo não é nenhum bicho". Lula fez também uma crítica bem humorada à sua campanha para o Governo de São Paulo, em 82 - quando se apresentou como torneiro mecânico, sem estudos, "um brasileiro igualzinho a você". "Agora, nesta campanha, não podemos ser vanguardistas", concluiu.

Houve um clima de animação e unidade em torno da candidatura de Lula e das principais linhas do programa de Governo, bem como dos objetivos estratégicos e táticos do PT. Mas houve também disputa, quando o debate polarizou-se em torno da regulamentação das tendências e da proporcionalidade das chapas minoritárias na Comissão Executiva Nacional.

Paula Simas/F4

Brasília, dezembro de 87, V Encontro Nacional do PT

Tendências

A resolução finalmente aprovada, diferente da que fora decidida pelo Diretório Nacional, na véspera da abertura do Encontro, foi a apresentada pela Articulação. As propostas apresentadas por José Genoino (SP) e Ivan Valente (SP) e as defendidas por João Alfredo (CE) e Flavio Koutzii (RS), obtiveram 147 votos contra 204 dados à proposta vencedora (ver íntegra da Resolução na página 16 deste Boletim, já com emendas aprovadas na Reunião do Diretório Nacional, de 16 e 17 de janeiro de 1988).

Proporcionalidade

Foi derrotada a proposta de dar às chapas minoritárias no Diretório Nacional representação proporcional entre os 19 membros da Comissão Executiva Nacional. A votação dessa questão foi de 164 votos a favor da proporcionalidade e 199 contra, com 3 abstenções.

As chapas

No segundo dia do Encontro foram votadas as chapas concorrentes ao Diretório Nacional, acompanhadas das respectivas plataformas.

A chapa "PT de Massas", encabeçada por Olivio Dutra, obteve 212 votos (62%), elegendo 37 membros titulares e 13 suplentes. A chapa "Luta Socialista", articulada pelo deputado José Genoino, obteve 86 votos (25%), elegendo 15 titulares e 5 suplentes, enquanto a chapa "PT pela Base", organizada pelo deputado Eduardo Jorge, com 46 votos (13%), ficou com 8 cargos titulares e 3 de suplência no Diretório Nacional.

A chapa "Pela Democracia", liderada por Arlete Sampaio (DF), 13 votos, não elegeu membros para o Diretório por não ter atingido o mínimo de dez por cento.

Com uma emenda sobre alianças eleitorais, foi aprovada a plataforma básica apresentada pela Articulação "Por um PT de Massas, Democrático e Socialista", que passa a ser agora o Plano Político-Organizativo do PT para 88/89. Outras emendas apresentadas no V Encontro foram votadas na reunião de 16 e 17 de janeiro, do Diretório Nacional.

Outras Decisões

No terceiro e último dia do Encontro foram tomadas várias decisões. Foi criada uma comissão que deverá receber e compatibilizar emendas ao Regimento Interno do Partido, inclusive sobre núcleos, convenções e finanças. A comissão é composta pelos companheiros Adriano Diogo (SP), Cezar Alvarez (RS), Sandra Starling (MG), Silvio Pereira (SP) e Maria do Carmo Delgado (SP). As emendas ainda serão remetidas ao Diretório Nacional e a definição final será feita em novo Encontro Nacional.

Também foi ampliada a comissão que está elaborando o Programa Alternativo de Governo. Vinculada à Secretaria Geral Nacional, a comissão ficou assim constituída: Antonio José (PI), Arlete Sampaio (DF), Augusto de Franco (GO), Avelino Ganzer (SP), José Alvaro Moisés (SP), José Dirceu (SP), Gilney Viana (MS), Hélio Neves (SP), Klaus Germer (PR), Maurício Pinto (SP), Tomás Mata Machado (MG) e o grupo de Estudos Econômicos da Fundação Wilson Pinheiro, coordenado pelos companheiros Paul Singer e Eduardo Suplicy.

Essa comissão receberá propostas e sugestões ao texto base intitulado "Pelo Brasil que a gente quer" (veja resumo na pág. 14), esboço preliminar do Programa que será submetido à votação na Convenção Nacional de homologação da candidatura eleitoral à Presidência da República, após amplo debate nas bases do Partido.

O episódio do Ceará também foi encerrado, com uma deliberação tomada no terceiro dia do Encontro (veja na pág. 16).

Novo Presidente do PT

Ao lado do lançamento da candidatura de Lula, outro ponto alto do V Encontro foi a eleição do novo presidente do Partido. Indicado pelo companheiro Meneghelli, presidente nacional da CUT, o companheiro Olivio Dutra foi escolhido também por aclamação, como o presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Em seu discurso, Olivio falou sobre o crescimento da qualidade de nossos debates: "Os debates que travamos desde a abertura deste Encontro revelam também que temos muito que discutir ainda. Mas revelam que a qualidade do nosso debate cresce de Encontro em Encontro. Revelam que não queremos solucionar questões políticas a nível administrativo; queremos soluções políticas para questões políticas a nível interno, assim como queremos soluções políticas do ponto de vista da classe explorada e do povo trabalhador para o nosso País".

Outro momento marcado pela emoção foi o encerramento do Encontro, quando os petistas, delegações estrangeiras, representantes de embaixadas aplaudiram o tremular da bandeira do PT, passada às mãos de Lula.

5º Encontro Nacional do PT

Pelo Brasil que a gente quer

Plano Político-Organizativo do PT para 88/89

Por um PT de Massas, Democrático e Socialista

Resumimos aqui o Plano Político-Organizativo do PT para 88/89, aprovado no V Encontro Nacional. O texto, cujo fundamento básico é a Plataforma da Articulação "Por um PT de Massas, Democrático e Socialista", incorpora tanto a emenda sobre alianças eleitorais, aprovada neste Encontro, quanto as demais emendas, apresentadas ao Encontro mas só votadas na reunião do Diretório Nacional de 16 e 17 de janeiro de 1988.

Tarefas Atuais e Plataforma

A linha geral das análises do PT, que apontavam para o enfraquecimento do Governo Sarney e para a instabilidade da transição, está sendo confirmada pelos fatos. Seja pela resistência dos trabalhadores, seja pelas divisões da burguesia, o Governo se decompõe, embora o "Centrão" tenha dado algum alento ao continuismo oficial, na passagem do ano. E, embora os militares encarem com receio a realização de eleições em 88, é pouco provável que tentem uma intervenção direta duradoura.

A política do Governo, de arrocho e recessão, deverá prosseguir. Anti-popular e submetida às exigências do pagamento da dívida, ela continuará acentuando a concentração de renda e aprofundando os vínculos com as grandes potências capitalistas.

Para o PT, a redução do mandato Sarney e a realização de diretas em 88 significa a possibilidade de aglutinar os trabalhadores, setores populares e parcelas do pequeno empresariado rural e urbano contrários à política econômica do Governo e aos interesses do grande capital. O PT deve apresentar-se tanto como uma real alternativa de Governo para o momento quanto para o horizonte de um novo sistema: o socialismo.

A influência do PT junto aos setores médios tem crescido. É preciso atraí-los para engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição e pela instalação de um Governo democrático e popular. Cabe ao PT, neste momento, simultaneamente à campanha para a Presidência, convocar as forças progressistas, democráticas e socialistas, para assegurar as conquistas dos trabalhadores na Constituinte.

O PT reconhece não estar na ordem do dia, neste momento, para a classe trabalhadora, nem a tomada do poder nem a luta direta pelo socialismo. Mas sim o combate por uma alternativa democrática e popular que exige três atividades centrais:

a) a consolidação das diretas em 88, com presidencialismo, ocupação de espaços e lançamento do maior número de candidatos possível. A candidatura de Lula à Presidência estará apoiada num programa que será mais do que simples reivindicações imediatas;

b) a organização do PT como força política socialista, independente e de massas;

c) a construção da CUT, através de um movimento sindical classista, de massas, e combativo, e a organização do movimento popular independente.

Assim, a resposta do PT aos problemas atuais postos pela luta de classes é a apresentação de um programa que garanta liberdades sindicais e políticas e viabilize um governo antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiário, como pólo aglutinador de todas as forças políticas e sociais que queiram dar um basta à transição e à Nova República.

Programa Democrático Popular

As linhas gerais do programa democrático e popular do PT são:

- diretas para a Presidência da República;
- revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e da Lei de Imprensa. Fim de qualquer forma de censura;
- revogação das salvaguardas, do estado de emergência, do estado de sítio, das medidas de emergência e supressão, no atual projeto de Constituição, do estado de defesa;
- eliminação, na Constituição, do conceito de segurança nacional. Caracterização do papel das Forças Armadas como exclusivamente de defesa contra eventual agressão de inimigo externo. Desativação do SNI e do aparelho repressivo, desmilitarização das forças policiais e extinção dos tribunais especiais para o julgamento de crimes cometidos por PMs. Fim da atribuição da repressão política à Polícia Federal e fim da competência dos tribunais militares para julgamento de civis;
- reforma administrativa sanando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos;
- liberdade de associação, manifestação e opinião, de organização partidária, autonomia sindical com direito de greve;
- rompimento com o FMI, auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa;
- sistema eleitoral proporcional que garanta igualdade na proporção dos eleitos por Estados, controle do poder econômico, igualdade de acesso aos meios de comunicação;
- controle das remessas de lucro ao Exterior;
- desvalorização da dívida interna, criando uma nova fonte de investimentos em áreas sociais;
- reforma tributária para aumentar a arrecadação de impostos e redistribuir a renda taxando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações;
- direcionamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos fundos sociais para investimentos de caráter prioritário nas áreas sociais;
- direito ao ensino público gratuito em todos os níveis, para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas;
- criação de um sistema único de saúde estatal, público, gratuito e de qualidade, com a participação da população, em nível de decisão, através de suas entidades representativas. Estatização da indústria farmacêutica;
- estatização do transporte coletivo;
- estatização da indústria do cimento, para viabilizar um vasto programa de construção de habitações populares;
- estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial;
- reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
- restituição ao Legislativo, do direito de legislar sobre matérias econômico-financeiras e orçamentárias e de criar despesas. Direito de iniciativa popular para legislar e garantia de consultas e referendos populares;
- congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, sob controle popular e estabelecimento de critérios sociais para tarifas, taxas e serviços públicos;
- direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso às informações econômicas e contábeis das mesmas;
- política de elevação dos salários para repor rapidamente as perdas salariais e devolver o poder de compra de acordo com os índices do DIEESE;
- reajuste mensal e automático de salários, remunerações, pensões e proventos dos aposentados, de acordo com os cálculos do DIEESE;
- aposentadoria, com 30 anos de serviço para homens, e 25 para mulheres, sem limite mínimo de idade e sem prejuízo para as aposentadorias especiais conquistadas por algumas categorias;
- jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução de salários;
- estabilidade no emprego;
- contra o programa nuclear paralelo e todas as iniciativas que resultem em deterioração do meio ambiente e da ecologia.

Objetivo Estratégico: o Socialismo

A conquista do poder e a construção do socialismo no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Na luta pelo socialismo é preciso distinguir dois momentos: o primeiro diz respeito à tomada do poder político pelos trabalhadores; o segundo refere-se à construção da sociedade socialista a partir das condições materiais, culturais e políticas deixadas pelo capitalismo.

Para iniciar a construção do socialismo é necessário realizar uma mudança radical: os trabalhadores devem tornar-se classe dominante e hegemônica.

É preciso distinguir, também, as atividades que levam os trabalhadores a tomar consciência da necessidade da conquista do poder, daquelas que se destinam à conquista imediata do próprio poder. Muitos não fazem esta distinção. Há companheiros que ao considerar inevitável a adoção de uma via revolucionária, contrapõem essa escolha à luta por reformas. Consideram revolução e reforma como termos e práticas antagônicas. Entretanto, a luta por reformas só se torna um erro quando é concebida como um fim em si mesma.

A definição de uma estratégia de luta pelo socialismo requer clareza sobre o inimigo contra quem dirigimos nossa luta, as alianças de classe necessárias para derrotar tal inimigo e o programa de transformação a ser implementado. É preciso ter conhecimento da estrutura social brasileira, do grau de contradições nela existente, do papel e da força do Estado burguês e do grau de desenvolvimento da cultura política dos trabalhadores.

Socialismo e Democracia

O PT rejeita a concepção burocrática de socialismo, a visão de partido único. É incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e de que os outros partidos, existentes numa sociedade que emergir de uma revolução, representem interesses diferentes dos da classe trabalhadora.

No processo de construção do socialismo deverão existir diversos partidos e organizações da sociedade civil, que terão, com o poder socialista, relações de colaboração, de participação e até de oposição. O Estado socialista deverá ter uma legalidade nova - democraticamente construída e válida para todos - para manter ou criar mecanismos de participação e consulta nos mais diferentes níveis.

O projeto socialista pelo qual lutamos deve incorporar as perspectivas colocadas pelos movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais e suas expressões ideológicas, indispensáveis para golpear importantes pilares da Dominação burguesa. Deve também integrar movimentos de âmbito cultural e ambiental, que procuram combater as agressões do capitalismo contra a população e o meio ambiente.

Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas e a observância dos direitos individuais, será impossível transformar as "liberdades políticas" e a "democracia" do capitalismo nas liberdades e democracia reais, próprias do socialismo.

Acúmulo de Forças e Alianças

No momento, a luta por uma alternativa democrática e popular exige um acúmulo de forças que implica não apenas em propaganda e formação política de massa mas, principalmente, em abordar as tarefas de conjuntura do ponto de vista da luta pelo socialismo, introduzindo sempre um componente de denúncia e crítica anticapitalista na atividade do PT. O crescimento e as vitórias eleitorais do Partido são componentes importantes do processo de acumulação de forças.

De maneira geral, a esquerda brasileira sempre foi incapaz de fazer alianças. Mas a experiência histórica mostra que nenhum partido revolucionário chegou ao poder sozinho. Nosso partido tem encontrado grandes dificuldades para debater essa questão. Sempre que se abre a discussão surge o fantasma da transformação do PT num partido reformista. Mas a realidade nos impõe alianças e de fato as fazemos, como na campanha das diretas. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da Nova República não indicam que erramos ao fazer alianças, mostram apenas que ao lado da imensa maioria do povo fomos derrotados pela classe dominante.

O PT deve definir uma política de alianças que leve em conta a correlação de forças hoje existente na sociedade brasileira. Essa política inclui alianças táticas e estratégicas com setores interessados no fim da dominação burguesa.

Devemos tomar a iniciativa, junto às bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora. Mas a frente única classista que engloba todos os trabalhadores assalariados não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste País. É necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a lutar, com os trabalhadores, pelo poder.

A partir da definição das alianças estratégicas, que visam organizar os setores médios, devemos estabelecer alianças táticas em torno das lutas contra a Nova República, na Constituinte e nas lutas sociais. Mesmo priorizando alianças dentro das classes trabalhadoras, não podemos deixar de realizar alianças com forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo.

Na Constituinte, nossa força advém da formação, com outras correntes políticas, sindicais e associativas, dos Comitês de Defesa do Povo na Constituinte e do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte. No Parlamento, deve expressar-se em bloco com os partidos progressistas e democráticos contra a direita.

Devemos, sempre que possível, buscar a unidade de ação em torno das reivindicações populares, pressionando os Governos e propondo alternativas às políticas de habitação, saúde, transportes, educação e saneamento, politizando e unificando os movimentos.

Mesmo que não façamos alianças, devemos trabalhar com todas as forças partidárias no movimento popular. O movimento sindical é o espaço privilegiado para uma política de frente única. Devemos buscar unidade a partir das empresas, dos sindicatos e da CUT.

Alianças Eleitorais

As alianças eleitorais são mais complexas e exigem uma discussão sobre cada processo, sobre a situação objetiva da cidade, do Estado, sobre as regras eleitorais, os outros candidatos e os objetivos de nosso Partido em cada eleição. Por entendermos ser necessário construir nossa própria força eleitoral somos, de maneira geral, pelo lançamento de candidatura própria, mas não afastamos a hipótese de coligações, alianças, frentes ou coalizões.

Políticas Específicas do PT

É tarefa de todos os petistas a formação de comissões de fábrica, o estímulo à organização do movimento sindical pela base e a presença nas assembléias, greves e em todas as lutas dos trabalhadores. A linha sindical do Partido aponta a necessidade de os dirigentes sindicais petistas assumirem plenamente suas responsabilidades na construção do Partido.

Mas há os que consideram que, criado o Partido, podem dedicar-se apenas ao sindicato e há os que atuam no sindicato inteiramente à margem do Partido. Ambas as posturas são equivocadas. Nossos dirigentes sindicais devem ser, cada vez mais, ativistas partidários atuantes no movimento sindical.

PT e o Movimento Sindical

A retomada da discussão sobre a linha sindical do PT impõe-se por três motivos:

a) a legislação sindical e trabalhista será alterada pelo Congresso Constituinte;

b) o sindicalismo classista enfrenta dificuldades para encaminhar as lutas dos trabalhadores, decorrentes da recessão, do desemprego, das condutas patronais hostis e do esforço da burguesia em impor o sindicalismo de negócios;

c) há divergências entre nós sobre os caminhos a seguir.

A política do PT para os sindicatos tem o objetivo de fortalecê-los enquanto organizações representativas, independentes do Estado e dos patrões, e voltadas para a conquista das reivindicações imediatas e comprometidas com os interesses históricos dos trabalhadores.

Os militantes petistas devem rejeitar idéias que induzam a transformação dos sindicatos em apêndices de partidos. Embora sejam ambos instrumentos do movimento dos trabalhadores, partidos e sindicatos têm naturezas, objetivos e estrutura organizativa bastante distintos. A autonomia deve ser mantida em quaisquer circunstâncias. Esse é um princípio fundamental, que ultrapassa os objetivos imediatos dos movimentos e mantém sua validade mesmo sob um Governo dos trabalhadores.

A organização dos sindicalistas

A aplicação da linha sindical do PT requer melhor organização de nossos militantes - indispensável para permitir uma atuação unitária no movimento. É preciso organizar instâncias em que se defina a posição partidária e em que as diferentes opiniões possam ser expressadas.

As secretarias sindicais, instâncias auxiliares dos Diretórios, devem ser compostas por companheiros de reconhecida experiência e autoridade política.

Nas eleições sindicais, deve haver profundo esforço para que os petistas integrem uma só chapa: a da CUT. Para isso, a direção do PT deve comprometer-se a organizar os filiados das várias categorias e realizar plenárias com a participação das Executivas Regionais e Municipais, por ocasião das respectivas decisões. Essas plenárias objetivam avaliar a situação do movimento, suas perspectivas e a melhor tática a ser adotada pelo PT.

Nas reuniões plenárias da CUT os petistas devem procurar construir uma chapa unitária da CUT e decidir as melhores formas para ampliar a influência da entidade na categoria e, ainda, definir possíveis alianças no interior do movimento.

Nas plenárias e assembléias de categoria, devemos disputar a hegemonia a partir do que acumulamos e da política traçada no âmbito do PT e da CUT.

Os Núcleos de Base por categoria e local de trabalho não se confundem nem substituem organizações de massa mais amplas (comissões de fábrica, CIPAS etc), mas discutem a participação dos petistas nessas organizações. O mesmo deve ocorrer na relação do núcleo de categoria com o respectivo sindicato.

Coletivos de diretores petistas de um sindicato podem ser montados para coordenar o trabalho de militantes que integrem a diretoria de um sindicato ou uma instância da CUT. Também podem ajudar a unificar a atuação dos petistas em diretorias das quais participam outras correntes ou partidos.

Mesmo existindo núcleos por categoria ou local de trabalho, determinadas questões, como eleições sindicais, greves e campanhas, podem exigir uma reunião de todos os petistas da categoria.

O PT e o Movimento Popular

O PT defende a autonomia dos movimentos populares em relação ao Partido. Mas, não se deve confundir essa independência dos movimentos com a ausência de disputa pela linha dirigente a ser adotada em suas próprias instâncias de deliberação. Os militantes do PT devem - ao mesmo tempo que defendem a democracia interna dos movimentos - lutar pela vitória das propostas do Partido.

Outro princípio é o da autonomia dos movimentos populares em relação ao Estado. Devemos reagir à política de cooptação dos movimentos pelos Executivos e parlamentares de qualquer partido, sem desmerecer o papel importante que têm os executivos e parlamentares do PT no impulso à luta popular.

O Partido deve definir as lutas prioritárias do movimento do ponto de vista estratégico, e quais delas assumem maior importância conjuntural.

O PT deve denunciar o clientelismo, o eleitoralismo e o assistencialismo. Deve, ainda, contrapor nossa proposta de transparência de poder público, de democratização radical dos organismos do Estado à falsa participação popular com que acenam os partidos burgueses. Devem ser feitos esforços de unificação dos movimentos populares em nível local, estadual e nacional.

O Centenário da Abolição

A população negra continua sendo o setor mais explorado de nossa sociedade. Os trabalhadores negros somam 54,5% dos que ganham até um salário mínimo, enquanto entre os brancos esse número é de 31,4%. Em ocupações de nível superior, os negros ganham 64,3% da remuneração dos brancos. Os negros são a esmagadora maioria dos brasileiros que não têm acesso à escola. Essa é - 100 anos depois da escravidão - a situação do negro em nosso País.

Ainda assim o Governo está preparando um extenso calendário de atividades que pretende imprimir ao Centenário da Abolição um tom festivo visando fortalecer o discurso oficial da democracia racial.

O PT não pode ficar de braços cruzados. Deve assumir a oposição às festividades que estão sendo organizadas pelos Governos estaduais e federal, sempre que elas assumirem um caráter paternalista e discriminatório. O PT deve lutar para transformar o Centenário da Abolição num momento de avaliação das reais condições do trabalho hoje no Brasil, articulando, através de seus militantes, a mobilização dos movimentos negros com a mobilização dos trabalhadores em geral.

A Campanha Eleitoral de 88

A preparação das eleições municipais de 1988 deve estar integrada à campanha nacional do PT pela consolidação das eleições presidenciais. A candidatura de Lula e nossa plataforma para a Presidência tenderão a polarizar até mesmo as disputas locais, o que nos leva a apresentar plataformas municipais alternativas. Na hipótese de não conquistarmos eleições presidenciais neste ano, as campanhas locais deverão articular-se com a luta pela realização de diretas, centradas na oposição à "Nova República" e seus aliados locais, e contra o pagamento da dívida externa. A posição do PT na disputa eleitoral precisa integrar a luta econômica e social, a luta política e a luta ideológico-cultural.

Embora exista um potencial político-eleitoral a nosso favor, o desempenho do PT nas eleições dependerá em grande medida da disputa política na sociedade. A politização da campanha dos Municípios é um meio de capitalizar eleitoralmente o papel do PT.

E há questões pendentes da Constituinte que influenciarão a legislação e condicionarão as próximas eleições: direito de voto aos 16 anos, eleições para prefeito em dois turnos, voto distrital misto, etc.

As metas do PT

Em nossa tática de acúmulo de forças devemos buscar as seguintes metas:

a) fixar o perfil político do Partido como socialista, com um Programa de Governo que trace novos rumos para a sociedade;

b) enraizar o PT na vida política da sociedade, criando novas lideranças e referenciais políticos que favoreçam essa sedimentação;

c) fazer avançar a luta por conquistas democráticas econômico-sociais, alcançando mudanças no âmbito municipal;

d) conquistar mandatos eletivos de prefeitos e vereadores a serviço dos objetivos e da linha do PT;

e) avançar na organização do PT, construindo novos núcleos e ampliando o número de filiados e militantes;

f) lutar pela criação de mecanismos e canais de controle, fiscalização e de participação popular nas decisões da Administração Municipal.

É preciso reforçar o voto de legenda na eleição para vereadores. Para as Prefeituras, o PT deve dar importância especial aos Municípios de maior peso político e às cidades em que o Partido tem maior implantação e densidade eleitoral. Sem prejuízo da nossa política de alianças, lançaremos candidatos a prefeito no maior número de Municípios. Os candidatos deverão preencher requisitos como: representatividade, trânsito político e capacidade política pessoal para expressar as posições do PT.

Conteúdo Político

O conteúdo político da campanha eleitoral deve reunir três componentes fundamentais:

a) oposição ao Governo Federal e à direita em geral, disseminando uma consciência socialista entre os trabalhadores;

b) oposição aos representantes da "Nova República" e do conservadorismo no âmbito municipal;

c) lutar por um Programa Municipal com medidas de democratização política, conquistas econômico-sociais e avanços em políticas públicas que desdobrem o Programa Alternativo de Governo, respondendo à realidade de cada lugar.

Critérios de Alianças

Os critérios políticos para eventuais alianças eleitorais devem ser:

a) oposição ao Governo Sarney, à Nova República, à transição conservadora e à direita;

b) compromisso com os pontos centrais do Programa Municipal proposto pelo PT;

c) apoio às reivindicações e participação nas lutas dos trabalhadores e movimentos populares.

Devemos excluir composições eleitorais com partidos que dão sustentação à Nova República e ao conservadorismo direitista (PDS, PL, PFL, PMDB). No caso do PMDB, eventuais dissidências em oposição à linha oficial devem ser avaliadas caso a caso. Quanto ao PCB, embora seja um partido que dê sustentação à Nova República, é preciso levar em conta eventuais evoluções de sua política e de suas bases. Em relação ao PCdoB e PSB devemos tomar iniciativas políticas que possibilitem ou a evolução desses partidos para posições defendidas pelo PT ou a atração de setores desses partidos para apoio ou relação com o PT. Já o PDT é um partido de oposição, favorável ao presidencialismo e às eleições diretas para presidente em 88; no entanto, é dominado pelo populismo, no qual convivem facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas. Nesse sentido, qualquer aliança eleitoral com o PDT deve ser analisada ponto por ponto. A partir dos critérios definidos e da perspectiva de acúmulo de forças, o PT deve incluir em sua política de alianças também o PH e o PV.

Para apresentar-se como alternativa real de governo é fundamental que o PT tenha propostas concretas para os problemas locais. O Partido precisa dirigir-se ao conjunto da população e não apenas às parcelas organizadas. É importante mostrar que o PT tem capacidade política, técnica e administrativa para exercer o Governo local. A elaboração desses programas deve ser aberta, coletiva, democrática, baseada na mobilização local, com a realização de seminários amplamente divulgados.

Cada Diretório Municipal deve produzir um documento básico sobre as eleições em seu Município; levá-lo à discussão nos núcleos e outros organismos partidários e deve fazer uma reunião plenária de filiados para discutir as questões eleitorais prioritárias. O roteiro básico desse documento deve incluir: a) conjuntura municipal, situação das forças políticas organizadas no Município; b) aprofundamento das prioridades escolhidas em cada Município; aplicação imediata, no Governo municipal, das prioridades de curto prazo; prioridades a longo prazo relacionadas com os objetivos gerais do Partido; c) mobilização do PT: nas lutas gerais, em lutas locais importantes, pichações, colagens, panfletagens, minicomícios, shows e outros eventos culturais; d) organização do PT, preparação das finanças e infra-estrutura.

Construção e Organização do Partido

Avançar na construção de nosso Partido significa aprofundar seu caráter de partido de classes, democrático, de massas e socialista.

A estrutura organizativa do PT ainda é limitada e internista diante das tarefas e desafios postos para o Partido. O PT confronta-se com a necessidade de uma revolução organizativa. Mas, para que possamos definir um plano de organização claro, é indispensável revermos algumas idéias difundidas no Partido, que fazem parte da nossa "cultura petista".

Na "cultura petista" passamos muitas vezes a idéia de que o PT deveria ser apenas o reflexo dos movimentos sociais, representante desses movimentos no plano político - o que termina significando uma espécie de "braço parlamentar do movimento sindical e popular". E que não caberia ao PT dirigir as lutas dos movimentos sociais, pois assim estaria desrespeitando a autonomia desses movimentos. Na verdade, se o PT deve ser capaz de conduzir a luta pelo socialismo, o Partido precisa ser o dirigente dos trabalhadores. É preciso respeitar a democracia dos movimentos, mas disputar sua direção com propostas previamente discutidas no Partido.

Outra idéia equivocada é a que opõe partido de quadros a partido de massas. Não precisamos nem de um "partido de quadros", pequeno, estreito e sectário, formado de militantes "baluartes" que tudo decidem e dirigem, nem de um "partido de massas" frouxo, inorgânico, sem cotizações regulares e que chama seus filiados para fazer número em convenções, como qualquer partido burguês. Precisamos de um partido organizado e militante, com quadros organizadores. Um partido de classes dos trabalhadores, democrático, de massas e socialista, com militância organizada e capaz de dirigir a luta social.

Os Núcleos de Base

Os núcleos são a forma fundamental de organização do PT. Eles são o canal de participação da militância nos debates e na definição do conjunto da política do PT, aprofundando e garantindo a democracia interna do Partido. Qualquer frente de atuação dos petistas pode ser base para a formação de um núcleo, exceto por identificação política com tendências dentro do Partido. O funcionamento regular dos núcleos deve ser estimulado e assistido pelas direções, que devem propor orientações políticas e de atividades e acompanhá-las.

O desenvolvimento de uma política de nucleação exige as seguintes medidas:

a) formação política e transmissão da experiência militante, somada a uma campanha de esclarecimento sobre o Partido;

b) política de finanças que possibilite ao Partido ter sua própria infra-estrutura;

c) mudanças no Regimento Interno do PT que valorizem os núcleos, dando-lhes maior poder na estrutura do Partido: formar conselhos de núcleos junto aos diretórios municipais e zonais e dar aos núcleos uma representação direta no diretório;

d) núcleos com características de massa e de vanguarda, com as seguintes ações internas e externas: planejamento e distribuição de tarefas, avaliação das tarefas e formação e elaboração política; ampliação das políticas planejadas, divulgação, agitação, debates, etc.

e) os núcleos por local de moradia devem: cadastrar os militantes e filiados por categorias profissionais, orientar politicamente e organizar seus companheiros nos locais de trabalho; mapear os movimentos sociais existentes em sua área e definir políticas específicas para cada movimento; levantar demandas sociais existentes e fazer a crítica política para despertar interesse nos moradores em organizar a luta para a solução dessas demandas; tratar da formação política dos militantes; promover e divulgar a cultura popular através de shows, filmes, festas etc; cobrar as contribuições financeiras dos filiados e promover eventos para levantar recursos para o Partido; tratar de modo especial os problemas da juventude, fazendo a ligação desses com a questão cultural, estudantil, familiar, de lazer etc; tratar de modo especial o engajamento de novos filiados.

Há outras formas organizativas - como grupos de apoio e reuniões plenárias de filiados - que já têm sido praticadas pelo PT e que devem ser incorporadas à vida partidária.

Centralização Partidária

Além da precariedade de nossa organização na base, outro ponto de estrangulamento é a falta de real centralização do Partido e de unidade de ação por parte de seus filiados. A capacidade de atuação centralizada envolve pelo menos três questões: a existência de definições políticas claras, a conscientização da necessidade de centralização e o funcionamento das instâncias de base e de direção partidárias.

O PT também precisa definir uma política com relação à profissionalização de dirigentes e funcionários. Além disso, é preciso que haja no Partido uma elaboração política mais coletiva. Nesse sentido, é preciso convocar encontros por área de atuação no movimento sindical e popular, precedendo Encontros Estaduais e Nacional, com poderes para indicar diretrizes políticas.

Paula Simas/F4

Lula discursa após ser aclamado o candidato do PT à Presidência da República

5º Encontro Nacional do PT

Pelo Brasil que a gente quer

O PT apresenta seu candidato à Presidência da República

Carta aberta ao povo brasileiro

O PT apresenta ao povo brasileiro o seu candidato à Presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva.

O PT tem coragem de dizer a todos os brasileiros que, neste momento difícil, existem saídas para a grave crise que foi criada pelos poderosos da Velha e da Nova República.

O PT chama você a participar desta briga para que a vontade do povo trabalhador possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários e militares.

Nosso povo vive dias difíceis. A inflação reduz o poder de compra dos salários. As medidas do Governo Sarney promovem o desemprego. Não se criam novas oportunidades de trabalho para a juventude.

Esta situação tem razões que o PT quer novamente denunciar. O Governo Sarney atendeu exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), bloqueou o caminho da reforma agrária e pratica o arrocho salarial. A Nova República traiu as promessas feitas na campanha das diretas em 84.

Mas os trabalhadores e o povo brasileiro demonstram disposição de não mais continuar aceitando os desmandos deste Governo. Greves de portuários, metalúrgicos, servidores públicos e outras categorias têm ocorrido em todo o país, manifestando um claro desejo de acabar definitivamente com a farsa da Nova República, apesar da repressão.

Embora ludibriados nas eleições de 86, os trabalhadores e o povo brasileiro não desistiram de lutar por uma Constituição democrática, que reconheça os direitos populares e que abra espaço à Reforma Agrária. Esta luta deu alguns resultados: a redução do mandato ilegítimo de José Sarney e a inclusão de algumas reivindicações dos trabalhadores no Projeto da Comissão de Sistematização.

Isto não está garantido. Todos sabem como os reacionários, os conservadores, reagiram a esses resultados: organizaram o tal centrão e modificaram as regras do jogo do Congresso Constituinte.

Ninguém pode aceitar esse caminho.

Vamos garantir os direitos do povo na Constituição. Vamos sair às ruas para impedir que Sarney permaneça no poder por mais de 4 anos. Vamos às ruas para lutar pelos direitos dos trabalhadores, pela estabilidade, pelas 40 horas, pelo direito à moradia, pela reforma agrária, contra o pagamento da dívida externa.

Trabalhar pela candidatura de Lula é lutar pela conquista desses direitos.

O PT conquista cada vez mais a confiança do povo porque tem sido coerente, tem acertado em suas previsões, não se deixou enganar pelo Colégio Eleitoral nem pelo Plano Cruzado. O PT tem dado provas de firmeza na luta sindical junto à CUT, no movimento popular e na atuação corajosa e limpa de seus 16 deputados na Constituinte.

O PT tem dito e continua a dizer que sem a participação e a luta dos trabalhadores não haverá saída possível. Por isso mesmo, apresenta como candidato LULA, um símbolo das lutas travadas no Brasil nos últimos anos. Pela primeira vez um trabalhador disputará a Presidência da República. Um trabalhador que representa a luta de milhões de oprimidos na cidade e no campo.

O PT chama todos que buscam viver de seu próprio trabalho a contribuir para que, pela primeira vez em quatrocentos anos de nossa história, o governo saia das mãos dos representantes dos ricos, dos poderosos, dos exploradores.

Basta de miséria, basta de injustiça, basta de atitudes retrógradas. Pelo progresso do país, por condições dignas de vida para nosso povo. Vamos à luta!

Fora Sarney. Lula para Presidente. Pelo Brasil que a gente quer.

Brasília, 6 de dezembro de 1987.

O V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores lança Lula candidato à Presidência da República em 1988.

"Vamos mostrar que não se brinca com 140 milhões de pessoas"

Aclamado, unanimemente, candidato oficial do Partido à Presidência da República pelos delegados ao V Encontro Nacional do PT, Lula fez um discurso bem humorado e otimista, afirmando que a campanha será o momento de mostrarmos competência, habilidade e coragem.

Disse que o PT pode vencer se cada militante, com toda sua raça, for também um candidato. Se aproveitarmos todos os espaços para mostrar que o socialismo não é nenhum bicho-papão. Se pudermos mostrar como o PT enfrentará a questão da dívida externa e como eliminará a indústria da miséria criada pela burguesia.

Esta será uma campanha sem vanguardismos - disse Lula - mas que não deve deixar nenhuma dúvida sobre quem o PT representa: a classe trabalhadora.

Segue um resumo de seu discurso, ao ser indicado, no encerramento do Encontro.

"Em 1978, eu dizia que a classe trabalhadora não deveria se meter em política, que jamais iria me filiar a algum partido. Apenas nove anos se passaram e eu fui um dos que fundaram um partido, terminei sendo presidente do PT, tive que ser candidato a governador por São Paulo, depois candidato à Constituinte. Lembro que em 1974, eu jamais tinha imaginado ser dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e terminei sendo presidente do Sindicato. Confesso que jamais, em 42 anos de vida, me passou pela cabeça que um dia seria candidato à presidente da República.

"Qual é a lição que a gente pode tirar de tudo isso? É que na medida em que você milita num partido no qual você acredita, você passa a não ser mais dono das suas decisões. Só posso ser candidato a presidente da República porque participo de um partido, porque tenho companheiros que acreditam ser possível, com a minha candidatura, dizer o que a classe trabalhadora gostaria de dizer.

"A tarefa não é fácil. Nosso país ainda não está arejado para aceitar a candidatura de um ex-torneiro mecânico a presidente da República. Não será fácil convencer que uma pessoa que tem apenas o 4.º ano primário esteja pleiteando um cargo hoje ocupado por um cidadão que tem um título na Academia Brasileira de Letras.

"Em 1982, quando fui candidato a Governador por São Paulo, cometi uma grande gafe. Vocês se lembram da propaganda do PT, em que o menos perigoso estava condenado a noventa anos de cadeia. Fizemos uma fala em que eu dizia: "Lula, candidato a governador n.º 13, ex-ajudante de tinturceiro, ex-torneiro mecânico, ex sindicalista, ex-preso, ex-não-sei-o-que-lá, um brasileiro igualzinho a você".

"Eu imaginava que a classe trabalhadora iria compreender: puxa-vida, esse cara é isso e é candidato, nós também podemos ser.

"Mas parece que os trabalhadores entenderam exatamente o contrário: ninguém queria ser um brasileiro igual a mim. Eles queriam ser um brasileiro com diploma universitário, queriam ser um brasileiro com melhores condições de vida, com melhor formação intelectual, com melhor qualidade de vida. A partir desse erro, comecei a compreender que às vezes a gente não pode fazer um discurso como se todos entendessem o que a gente fala. Numa campanha como a de 88, nós não poderemos ser vanguardistas, não poderemos fazer um discurso que só nós compreendamos.

"Às vezes a gente age como carros de corrida de Fórmula Um: a vanguarda está a 380 Km por hora e a massa está num fusquinha a 60 por hora, sendo multado em cada esquina. Na campanha, o PT tem que ocupar todos os espaços possíveis para educar o povo. Para plantar uma semente, para plantar algo que nunca mais vai morrer.

Criando cócegas

"O que representa uma candidatura do PT à Presidência da República?

"Vocês talvez não tenham noção de como essa candidatura poderá estar criando cócegas em alguns. Porque os outros terão que enfrentar a gente em praça pública. Terão que enfrentar a gente com propostas. Terão que garantir - se houver para eles - o direito da gente falar no rádio e na televisão. Já está previsto que um candidato terá que gastar 650 milhões de dólares, e o PT vai fazer um sacrifício desgraçado para arrumar 650 mil cruzados. Mas, eles vão ter que explicar muita coisa para a gente nos debates.

"Nós vamos conversar com os aposentados, com as donas-de-casa, com as companheiras trabalhadoras, com a juventude, com o conjunto da sociedade, com a classe média, com o funcionalismo público, professores, advogados, etc.

"A gente vai mostrar que a capacidade de ser político não está na sua formação escolar. A gente vai mostrar que neste país - onde a educação se transformou numa fonte de enriquecimento de algumas pessoas - o diploma não é sinônimo de inteligência: às vezes é a síntese da burrice de alguns:

Dívida Externa

"A gente vai dizer como é que o PT quer resolver a questão da dívida externa, um dos maiores problemas do país. Falando ao mesmo tempo para 30 ou 40 milhões de pessoas, o PT vai dizer que prejuízo essa dívida externa representa. Uma coisa que falta no Brasil é um governo que tenha competência e sustentação política para juntar o Terceiro Mundo, os países devedores, e dizer para Estados Unidos, Japão, Alemanha e outros países credores que não se pagará essa dívida com o sacrifício da classe trabalhadora brasileira.

"O governo americano ameaça fazer retaliações e exige que o Brasil faça concessões, para não taxar nossos produtos? Se tivéssemos um governo competente - e nem precisaria ser revolucionário - e os Estados Unidos fizessem o que estão fazendo, bastaria nacionalizar uma empresa norte-americana das maiores para eles saberem que não se brinca com 140 milhões de pessoas.

"Vamos ter que tomar atitudes de peso, para mostrar que um povo não pode ser subalterno de outro povo. O governo americano é eleito para cuidar dos interesses dos Estados Unidos. Da nossa terra quem cuida somos nós. Vamos dizer para eles que os minerais do Brasil não irão mais para o exterior a preço de banana, para depois o Brasil ter de comprar produtos manufaturados a preço de ouro. Nós queremos uma relação comercial igualitária. Eles terão que pagar pelos nossos produtos o mesmo que nós pagamos pelos deles.

5º Encontro Nacional do PT

Pelo Brasil que a gente quer

Paula Simas/F4

Lula, candidato do PT à Presidência da República, faz seu discurso

O cidadão brasileiro, por mais miserável que seja, não é subalterno do imperialismo e não é cidadão de segunda categoria nesse universo. A autonomia do povo e a autodeterminação vão existir na medida em que esse povo tenha um governo que fale minimamente a sua linguagem.

Nordeste, energia nuclear

"Vamos dizer como é que o PT vai resolver o problema do nordeste: não vamos construir açude na fazenda do rico, nem fazer cacimba na fazenda do rico, nem estrada vicinal para o rico. Vamos resolver o problema do nordeste acabando com a indústria da miséria que a burguesia criou para se manter no poder por quatro séculos.

"Vamos dizer que o nordeste tem jeito, que não é uma região de segunda categoria, que já foi rico e já produziu. A irrigação será feita, mas para a terra do pobre, e juntamente com a reforma agrária.

"Precisamos plantar arroz, feijão, trigo para que esse povo fique de bucho cheio e para que tenha condições de brigar. Essa é a energia de que precisamos e não a energia nuclear para fins militares. Vamos fazer um levantamento nessa tal de energia nuclear - não por um abelhudo qualquer, amigo do Presidente -, mas por cientistas e pelo amplo debate na sociedade.

"Por que tanto segredo numa coisa que está gastando quase 50 bilhões de dólares da nossa dívida? A comunidade científica tem de ir lá para desvendar isso para a sociedade. Vamos dizer que a energia elétrica produz a um preço menor e sem o perigo de um imbecil qualquer construir bomba atômica.

"Nós vamos ter de construir um novo tipo de vida neste país.

Distribuir a renda

"Vamos distribuir renda neste país, porque sabemos como fazer. Nós não vamos afinar quando quisermos taxar os 5% mais ricos da Nação. Vamos distribuir renda é taxando o lucro. Neste país a especulação vai acabar: quem especular ao invés de produzir irá para o xilindró, para aprender a devolver para o povo aquilo que é produzido pelo povo. É possível aumentar o salário mínimo, e dinheiro não cai do céu. A Casa da Moeda não pode produzir notinhas todo mês para aumentar os salários. Mas, também, vamos dizer a eles que um patrão que investe seu capital não pode querer recuperá-lo em 100% no mesmo ano. É preciso controlar os lucros porque é a partir daí que a gente vai poder aumentar os salários neste País e garantir que o conjunto da classe trabalhadora possa receber um salário.

"Vamos dizer para eles que, com o PT no Governo, banqueiro não bate o pé nem dá murro na mesa, não, porque os bancos serão estatizados e a classe trabalhadora e o Governo terão controle sobre os bancos.

Uma nova sociedade

"Nós vamos dizer muitas coisas. Vamos ensinar para essa gente que no Brasil está surgindo algo novo. Nós queremos governar esse País porque acreditamos numa perspectiva diferente da deles.

"Eles criaram a Nova República, que é tão podre quanto a Velha: nós vamos criar uma nova sociedade. Vamos para a televisão para desvendar o mistério desse bicho-papão chamado socialismo, e, ao mesmo tempo, mostrar quem é o verdadeiro bicho-papão na hora de explicar o tal do capitalismo.

"Vamos ter de utilizar a televisão para conversar com a dona-de-casa; para ela não pensar que no socialismo ninguém pode andar, ninguém pode comprar, ninguém pode nada; que lá nada presta, que bom é Nova Iorque, que bom é a Avenida Paulista. Vamos tentar mostrar isso na televisão.

"Nós vamos fazer dessa campanha uma campanha de ensinamento. Uma campanha onde cada discurso nosso, cada aparição nos meios de comunicação, cada entrevista nos jornais seja uma aula de política, de sociologia, de matemática, de economia.

"Nós, do PT, não vamos chegar para o povo com o prato feito e dizer: é isso que é bom para vocês. Vamos tentar fazer os cidadãos compreenderem o que é bom para eles e eles é que terão que criar condições de gritar por aquilo que entendam ser bom para eles.

Acidentados e Aposentados

"Eu, sinceramente, não sei se as elites, os banqueiros, os patrões vão aguentar a gente. Eu não sei se eles aguentarão o PT muito tempo. É bem possível que até façam manobras, mas, mesmo assim, vamos continuar nossa campanha. Vamos dizer que o mundo do trabalho não pode continuar como está; que o Menegheli não pode continuar fazendo greve geral para obter 1% de aumento de salário. Nós vamos brigar por muitas outras coisas. Vamos fazer com que o Brasil deixe de ser o campeão mundial de acidentes de trabalho; ou o país dos manquetas, porque eu acredito que em poucos países na face da terra falte, na classe trabalhadora, o tanto de dedos que falta na mão dos trabalhadores brasileiros.

"Vamos dizer que a Previdência Social pode pagar o salário do aposentado integralmente. O que precisa acabar na Previdência é a malandragem, o empreguismo e a corrupção. O cidadão que se aposenta tem que ganhar o que ganhava quando estava na ativa.

"Ou seja, companheirada: eu sei que na cabeça de vocês está fervilhando a cada dia e a cada hora o Brasil que a gente quer. E vamos ser francos: este país poderia ser diferente.

"Este país não precisaria ter trombadinhas; não precisaria ter tantas crianças morrendo de fome antes de completarem um ano de idade e, depois dos dois, pela polícia nas ruas. Este país - que tem uma média de idade de 57 anos para quem ganha até três salários mínimos - não pode estabelecer uma aposentadoria por velhice aos 65 anos, se sabe que seu povo morre antes.

A campanha é do PT

"Vocês têm clareza que esta não é uma campanha do Lula, não é a candidatura do Lula: a campanha é do PT, a candidatura é do PT. Se essa campanha não conseguir colocar na rua nossos militantes, se não conseguir fazer com que cada militante seja um candidato, a gente poderá fracassar antes do tempo.

"Mas eu conheço essa militância do PT: poucas vezes na história do país um partido político teve o privilégio de ter a qualidade e a quantidade de militantes que tem o PT.

"Na campanha de Vitor Buaiz, candidato a prefeito de Vitória, lembro de um procurador da Justiça, que era do PFL, se não me falha a memória; e ele fez a opção de trabalhar individualmente na campanha do Vitor. Depois de um comício ele me disse: "Lula, eu nunca vi nada igual nos meus 60 anos de idade. No PFL, no PMDB, no PDS, para a gente mandar alguém colar um cartaz, a gente tem que perguntar primeiro quanto é. No PT, os meninos, as mulheres, os homens não colam apenas um cartaz, colam milhares e não pedem um cruzado por isso, e nem aceitam um cruzado por isso". E esse juiz também andava para cima e para baixo com o balde de cola, colando e pixando.

"É essa a educação que a gente vai ter que dar. A campanha tem que servir para isso, porque é assim que a gente pode ganhar essas eleições.

"Não aceitei essa candidatura na perspectiva de disputar por disputar. Não acredito nessa teoria de que o importante é competir: essa é a teoria dos derrotados. O PT vai ter que sair com essa campanha não pensando num segundo turno ou com quem vai se coligar num segundo turno. O PT vai ter que sair nessa campanha na perspectiva concreta de que podemos ganhar a Presidência da República. Quando alguém perguntar se a gente vai apoiar o Covas, a gente diz é o Covas que vem apoiar a gente. Se alguém perguntar se a gente vai apoiar o Brizola no segundo turno, é o Brizola que vai apoiar a gente no segundo turno. Dos outros, não dá nem para falar, porque a gente não quer o apoio deles nem no primeiro nem no segundo turno.

"Vim dizer para vocês que aceito esse desafio, o mais importante de minha vida. Um desafio onde, possivelmente várias vezes, muitos de vocês irão me criticar. Muitos de vocês não irão gostar de declaraçoes na imprensa, no rádio, irão telefonar para cá, para o comitê, para o diretório, para a minha casa; quero dizer que essa campanha possivelmente será a maior aula que eu possa ter na minha vida.

"Não acredito que apenas através das eleições a gente possa resolver todos os problemas brasileiros. Entretanto, acho que a gente não pode negar as eleições. É só ver as experiências do PT nos Parlamentos, municipais, estaduais, ou federal. É só ver as experiências do PT nas Prefeituras de Fortaleza e de Diadema para perceber que é possível alguma mudança, que é possível fazer algo diferente.

Quem o PT Representa

"Eu não vou decepcionar vocês. Não sei se terei competência, durante a batalha, de fazer jus à confiança que vocês tiveram em mim. Agora uma coisa eu peço para o meu Partido: a gente não pode fazer uma campanha com dúvidas sobre qual segmento social a gente representa. Não podemos querer agradar a classe média alta, o grande empresário, o médio empresário. Temos que fazer uma campanha classista, falando dos interesses da classe trabalhadora. E precisamos marcar posição. Precisamos acirrar as contradições. Se não for assim, a peãozada não vai entender a nossa campanha. Vamos à luta. Possivelmente o PT terá de cumprir nesta campanha uma esplendorosa tarefa: é o momento em que a gente tem que mostrar competência, habilidade e muita coragem. Mas é também o momento de mostrar que a gente pode tirar o país desse lamaçal em que se encontra. Estou convencido de que a gente pode chegar lá. Até a vitória, se Deus quiser."

5º Encontro Nacional do PT

Pelo Brasil que a gente quer

Este é o Brasil que a gente quer

Um resumo do texto base do Programa Alternativo de Governo do PT

"Pelo Brasil que a gente quer" é o texto base em que estão delineadas as propostas a serem desenvolvidas no Programa Alternativo de Governo do PT. Este é um resumo do texto distribuído aos delegados do V Encontro, para ser amplamente debatido pelas bases do Partido. A Comissão responsável pela elaboração do Programa continuará recebendo sugestões ao texto que será submetido à convenção de homologação das candidaturas eleitorais.

A Comissão é assim constituída: Antonio José (PI), Arlete Sampaio (DF), Augusto de Franco (GO), Avelinho Ganzer (SP), José Alvaro Moisés (SP), José Dirceu (SP), Gilney Viana (MS), Hélio Neves (SP), Klaus Germer (PR), Mauricio Pinto (SP) e Tomás da Mata Machado (MG); também faz parte da Comissão o Grupo de Estudos de Economia da Fundação Wilson Pinheiro (SP), coordenado pelos companheiros Eduardo Suplicy e Paul Singer.

O Brasil esgota, neste momento, uma fase de sua história cujo saldo é a crise econômica, política, social, institucional e do governo. É, também, uma crise de perspectivas.

Os partidos das elites já não convencem com suas promessas demagógicas. Alguns pessimistas não vêem saída, outros querem um regime militar - esquecendo o que o País sofreu com a ditadura - e outros, ainda, esperam o aparecimento de um "salvador da Pátria".

O Partido dos Trabalhadores, porém, acredita que o futuro do Brasil não precisa ser, necessariamente, o da exploração e opressão. É possível mudar, é possível construir outro país. Um presidente comprometido com o povo pode criar condições para que a saída do impasse se instale na mesa de cada família, se transforme na escola de cada criança e na terra de cada trabalhador rural, apareça na segurança de todo pequeno produtor, se erga na realização do profissional e se expresse na garantia de uma existência digna, se construa enquanto emancipação das mulheres, igualdade entre as raças e sentido de vida para a juventude.

As propostas aqui delineadas - a serem desenvolvidas em um Programa de Governo - são a saída para o impasse, mas só se concretizarão quando assumidas pelos trabalhadores.

O PT parte para as eleições presidenciais disposto a vencer. Os poderosos tudo farão para impedir a vitória do PT, pois eles têm muitos privilégios a resguardar. Mas o apoio e a mobilização permanente do povo serão capazes de enfrentar as adversidades.

A candidatura presidencial do PT surge como alternativa política às propostas das elites. Nós queremos organizar uma sociedade diferente, sem clientelismo ou corrupção, onde a democracia e a liberdade política não sejam ficção ou privilégio de poucos. Uma sociedade onde todos se reconheçam como iguais, sem perseguições nem discriminações.

Democracia Nova

Comprometido com a transformação da sociedade, o PT luta pela ampla democratização na vida política e social. Nosso povo tem sido privado dos mais elementares direitos e liberdades. Temos de criar uma democracia nova, em todos os níveis, entendendo-a como a conquista de um Brasil onde a maioria tenha voz, vez, lugar e condições de afirmar-se como sujeito da História.

Na luta por uma democracia nova, o programa de Governo do PT destaca o seguinte:

* defesa das liberdades democráticas: organização, reunião, reivindicação, imprensa, sindical, greve, manifestações artísticas e culturais, desenvolvimento político;

* salvaguarda dos direitos humanos em todas as atividades sociais;

* oposição à tutela militar. Criação de uma consciência antiautoritarismo. Afirmação do Governo como expressão do Poder Civil;

* defesa do indivíduo contra a discriminação e o preconceito;

* ampliação do conceito de cidadania. Participação popular direta nos assuntos públicos. Criação de canais para o povo influir nos orçamentos públicos, nos fundos sociais, na política econômica e financeira e nas instituições como universidades, escolas, hospitais, presídios, centros culturais;

* democratização das relações de trabalho. Organização sindical livre e autônoma, inclusive na empresa. Acesso à contabilidade da empresa. Fortalecimento das Cipas etc.;

* fortalecimento do poder do Legislativo em relação ao Executivo e à Administração Pública, para fiscalização, controle e deliberação;

* democratização da informação. Fim do monopólio dos grandes meios de comunicação privados. Favorecimento para veículos de comunicação de entidades representativas. Espaço, nos grandes veículos, aos partidos e centrais sindicais e igualdade de direitos na propaganda eleitoral.

Novo Modelo de Desenvolvimento

A crise brasileira é a conjunção de muitas crises e economicamente representa o esgotamento de todo um modelo de crescimento. Durante décadas o Brasil cresceu concentrando riquezas em poucas mãos e alastrando miséria para a grande massa da população. Hoje a economia brasileira vive uma enorme recessão enquanto a economia mundial passa por grandes transformações.

As políticas econômicas de curto-prazo já não são capazes de enfrentar os graves desequilíbrios do aumento da inflação, da queda de crescimentos e das crises cambiais. As propostas impostas pelo FMI e bancos externos desarticulam a produção e criam recessão. Tentativas como o Plano Cruzado também fracassaram, revelando o esgotamento de todo esse padrão de crescimento.

O PT pretende indicar um horizonte alternativo capaz de assegurar reformas estruturais que - mesmo dentro do capitalismo - permitam um novo tipo de desenvolvimento. Não basta dizer que é preciso voltar a crescer. É preciso repensar a qualidade do desenvolvimento.

O atual modelo de desenvolvimento, com o lucro como objeto central, reforça o individualismo, exalta o princípio da propriedade privada e causa desagregação social. Nossa perspectiva é atingir um desenvolvimento tendo como valores fundamentais a solidariedade, a justiça social e a liberdade. A preservação da natureza é decisiva para o futuro da humanidade, mas a lógica do lucro se opõe à defesa ecológica. O PT, redefinindo o sentido de desenvolvimento, do papel do Estado e do mercado, pode criar as condições essenciais para o aproveitamento racional dos recursos naturais limitados, eliminando a miséria e atendendo às necessidades fundamentais da população.

Com uma nova perspectiva de desenvolvimento e com o objetivo de crescer com qualidade e distribuir para viver melhor, o PT defende este conjunto de reformas estruturais básicas.

Dívida Externa

A dívida externa está transferindo imenso volume de capital ao Exterior, comprometendo o crescimento do País e ampliando a miséria do povo. Não há como pagar a dívida. O PT enfrentará esta questão com reformas que permitam o crescimento autocentrado e protejam o parque produtivo do país:

a) encaminhar uma imediata auditoria sobre a dívida externa que mostre claramente à população as responsabilidades sobre a origem da dívida;

b) manter a centralização do câmbio e estabelecer prioridades que defendam as reservas cambiais e demais recursos;

c) eliminar as importações não prioritárias e racionalizar, sob controle do Estado, a política de comércio exterior;

d) impulsionar os setores exportadores com inovações tecnológicas para aumentar a produtividade, racionalizar custos sem corrosão de salários reais e independente da política cambial e de subsídios estatais;

e) estocar matérias-primas essenciais e substituir importações envolvendo técnicos e cientistas nesse esforço;

f) reorientar o comércio exterior, estimulando relações com o "terceiro mundo", especialmente América Latina, buscando o comércio bilateral, através da utilização de moedas-convênio;

g) desenvolver a solidariedade entre países devedores;

h) desvalorizar a dívida pública acumulada e fazer uma reforma tributária que atinja os 5% mais ricos da população, os ganhos especulativos financeiros e imobiliários e as grandes heranças;

i) canalizar os recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e os depósitos do Banco Central vinculados às exigências externas para investimentos estratégicos, insumos básicos, substituição de importação, alimentação básica, infra-estrutura etc.;

j) assegurar ao Estado o poder de intervenção imediata nas empresas que não colaborem com o plano de emergência nacional e de encampação estatal de empresas, inclusive estrangeiras, se necessário.

Nova Política Industrial

O PT propõe a reorientação da indústria para o atendimento do consumo de massa, reconversão de setores não essenciais e bélicos para impulsionar a indústria de base e de bens de consumo essenciais para a população. Haverá reserva de mercado de setores estratégicos e o capital estrangeiro deverá estar subordinado à nova concepção de desenvolvimento e não poderá comprometer a soberania nacional.

Planejar a Economia

O planejamento econômico é elemento essencial na implantação do novo padrão de desenvolvimento. Ao contrário da orientação burocratizante que vem sofrendo, o planejamento deve basear-se no controle da atividade dos grandes monopólios, das grandes empresas transnacionais e do grande capital. O PT defende o controle público sobre setores produtivos que exigem atividades concentradas em grandes redes (como siderúrgica, petroquímica e hidroelétricas), bem como sobre ramos que atendem necessidades básicas da população (alimentos, remédios, habitação etc.).

O planejamento da economia deve ter como finalidade garantir o atendimento à população com bens e serviços baratos e de qualidade. Concorrência livre será mantida em atividades diversificadas e a economia de mercado terá preços administrados e controlados, para assegurar o poder aquisitivo básico de todos os cidadãos.

Democratizar a Administração Pública

O PT quer assegurar o eficaz controle da sociedade sobre a máquina administrativa do Estado, tornando-a transparente. O PT defende:

a) delimitação dos poderes do setor público. Prestação de contas;

b) transparência em todos os níveis;

c) rígido controle da execução orçamentária pelo Congresso, com definição clara de alocação de recursos e das fontes de arrecadação;

d) direcionamento da carga fiscal especialmente sobre o patrimônio acumulado e sobre os rentistas. Reforma administrativa profunda. Consolidação e desvalorização da dívida pública e reformulação do sistema financeiro através da estatização dos bancos.

Reforma Urbana

O PT propõe subordinar a propriedade do solo urbano ao interesse social, contra a especulação imobiliária. Defende o planejamento urbano com participação popular e novas diretrizes para financiamento público a obras urbanas, incluindo lazer e cultura e preservação do meio-ambiente. Defende ainda reajuste de tarifas compatíveis com os reajustes salariais e participação do usuário nas decisões e na fiscalização dos serviços.

O PT também propõe a construção intensiva de habitações populares com financiamento (sem juros) aos adquirentes; programas que garantam maior produtividade, com racionalidade e qualidade, na construção de habitações; recuperação de áreas centrais de cortiços; urbanização de favelas; assistência técnica à autoconstrução e aos mutirões e produção em larga escala, com financiamento subsidiado, de materiais básicos de construção.

Reforma Agrária

O PT defende uma reforma agrária ampla e profunda que ataque o monopólio da propriedade do solo rural, democratizando o acesso à posse da terra. A nova política agrária deve garantir a rápida desapropriação dos latifúndios, por interesse social, com indenizações em títulos da dívida agrária e a redistribuição destas terras aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. O governo deve dar apoio e incentivo à agricultura atendendo às reivindicações dos agricultores.

Políticas Sociais

O conjunto das políticas sociais deve assegurar a elevação dos salários - especialmente do salário mínimo e da remuneração das camadas de baixa renda -, associado ao combate à inflação e ao controle de preços e ainda, metas definidas para as áreas de habitação, saúde, educação, saneamento básico, transporte de massas etc.

Há, finalmente, que discutir com a sociedade brasileira a urgência de assumir e solucionar o problema escandaloso que ela mesma gera: o problema do menor. Milhões de jovens e crianças que não têm direito a educação, alimentação, à infância e muitas vezes à própria vida. Por pretender repensar o futuro e ampliar os horizontes é que o PT está certo de que será possível uma grande mobilização nacional para eliminar a miséria e assegurar aos menores o Brasil que a gente quer.

5º Encontro Nacional do PT

Pelo Brasil que a gente quer

PT, SAUDAÇÕES!

Paula Simas/F4

Delegação do Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho

Estiveram presentes ao V Encontro Nacional do PT 15 delegações estrangeiras de diversos partidos e organizações de cunho socialista além de vários representantes de embaixadas, à convite da Direção Nacional.

Esta é uma seleção resumida das mensagens de parabenização que o PT recebeu por ocasião do Encontro.

"... O MLN(T) reafirma seu compromisso com os nossos povos de lutar, junto a todos os revolucionários, pela Libertação Nacional e o Socialismo..." (E. Fernandez Huidobro, Secretário de Relações Internacionais do **Movimento de Libertação Nacional - TUPAMAROS).**

"... Esperando que as nossas relações se aprofundem, (...) desejo-lhes debates frutíferos e construtivos..." (Lionel Jospin, Primeiro Secretário do **Partido Socialista Francês).**

"... Acompanhamos a trajetória do PT em prol da defesa da soberania nacional, da democracia, bem como dos interesses dos trabalhadores brasileiros. (...) Constatamos com grande satisfação que as relações entre o PSUA e o PT se desenvolveram com êxito no sentido da amizade, do respeito mútuo e da solidariedade anti-imperialista..." (E. Honecker, **Partido Socialista Unificado da Alemanha).**

"... Apesar de estarmos tão longe, sinto um importante encontro de realizações para iniciar relações diferentes entre o Norte e o Sul do mundo, baseados na paz, em nova qualidade de desenvolvimento..." (Giovanni Russo Spena, Secretário Nacional da **Democracia Proletária - Itália).**

"... Gostaria de lhes assegurar que a luta contra o imperialismo, neocolonialismo e pela justiça social não é apenas dos povos oprimidos do terceiro mundo, mas também nossa..." (Peter Uhl, **Oposição Tchecoslovaca).**

"... Nosso partido conta cada vez mais com o apoio popular e pela primeira vez em sua história poderá constituir o próximo Governo no Canadá. O NPD é favorável ao desenvolvimento de laços com os que lutam pelo socialismo e pelos interesses populares..." (René Denis, **Novo Partido Democrático - Quebec).**

"... Estou convencido que a opressão, exploração, pobreza e injustiça têm que ser substituídas pela liberdade, paz, democracia e justiça social, graças a uma estreita - eficiente cooperação internacional entre os movimentos no leste europeu com os movimentos anti- intervencionistas no Oeste..." (Jan Kavan, **Palack Press - Oposição Tchecoslovaca).**

"... O PCUS parte de que o estabelecimento da nova ordem econômica internacional, baseada na igualdade de direitos, pela solução de outros sérios problemas atuais da Humanidade exigem a cooperação das diferentes forças políticas que vêm-se preocupando com o destino de nossa civilização. O PCUS tem-se manifestado consequentemente pelo desenvolvimento e fortalecimento da tal cooperação..." (Comitê Central do **Partido Comunista da União Soviética).**

"... Uma saudação revolucionária a todos os delegados ao V Encontro Nacional. Nossos melhores desejos de êxitos..." (Gilberto Rincón, Secretário Geral do **Partido Mexicano Socialista).**

"... Com a unidade e luta, e com a solidariedade internacional, venceremos" (Bernardo Barrientos, Encarregado Local do **Partido Socialista do Chile).**

"... Expressamos disposição em expandir as relações de amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Búlgaro e o Partido dos Trabalhadores, em interesse dos povos de nossos países amigos, dos nossos ideais comuns de paz, democracia e progresso social..." (Comitê Central do **Partido Comunista Búlgaro).**

"... Aproveito a oportunidade para manifestar meus cordiais cumprimentos aos srs. e formular com antecipação melhores votos pelo sucesso do V Encontro Nacional do PT..." (Tao Dazhao, **Embaixador da República Popular da China).**

"... Sinn Féin luta por uma Irlanda unida, democrática e socialista, e pelo direito inalienável à autodeterminação do povo irlandês (...) Nós continuamos a luta por um justo e igualitário socialismo junto com vocês e com todas as outras organizações que procuram objetivos similares..." (Tom Hartley - Secretário Geral de **Sinn Féin, Irlanda).**

"... Desejamos o maior sucesso em vosso trabalho, endereçamo-lhes nossa fraternal saudação..." (Gaston Plissonnier - Secretário do Comitê Central do **Partido Comunista Francês).**

"... Os comunistas uruguaios saúdam calorosamente a realização do V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores do Brasil..." (Rodeney Arismendi - Secretário Geral do **Partido Comunista de Uruguai).**

"... Enviamos nossas saudações fraternais para vosso Congresso em nome de todos os febreristas e democratas do Paraguai..." (Alcides Vergara, Diretor do Departamento de Relações Internacionais do **Partido Revolucionário Febrerista).**

"... Apreciamos vosso gesto fraterno nos convidando ao V Encontro que participa do aprofundamento de laços entre nossos dois partidos (...) Aproveitamos a oportunidade para desejar os maiores êxitos..." (Clement Robee, Secretário Internacional/ Comitê Central do **People's Progressive Party - Guiana).**

"... Os esforços que vocês realizam para a construção de um grande partido de massas independente e inteiramente dedicado à defesa das reivindicações dos trabalhadores constitui uma preciosa fonte de inspiração..." (Roch Denis, Diretor da **Tribune Ouvrière).**

A Regulamentação das Tendências

PT: partido estratégico rumo ao socialismo

Esta resolução, aprovada no V Encontro Nacional do PT, por 204 contra 147 votos, reitera o reconhecimento da existência das tendências dentro do PT (já aprovado no IV Encontro Nacional, em maio/junho de 1986) e apresenta critérios e exigências para a formação de novos grupos e a condução dos já existentes.

O texto abaixo já está emendado pelas votações do Diretório Nacional reunido em São Paulo nos dias 16 e 17 de janeiro de 88.

O Partido dos Trabalhadores surgiu da vontade da classe trabalhadora de construir um instrumento político capaz de lutar contra o capitalismo - "um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas" - decidindo-se a participar da condução do processo brasileiro na direção do socialismo.

Em nenhum momento de sua construção o PT assumiu a condição de frente - de qualquer tipo - ou mesmo reduziu o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais. Pelo contrário, os seus documentos básicos afirmam de maneira definitiva o seu caráter estratégico e sua feição de partido de massas, democrático e socialista, consciente de seu papel fundamental no processo de construção do socialismo no Brasil.

Pelas mesmas razões, o PT compromete-se a aperfeiçoar, no seu interior, cada vez mais, as condições democráticas que permitam a todos e a cada um de seus filiados o debate amplo e livre, a efetiva participação no processo decisório, o exercício da crítica e o legítimo direito de disputa de órgãos de direção.

Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira, a filiação do PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT.

Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base deste elemento que reside a eficácia do Partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo em que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio.

Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao Partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do PT e que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto. O PT considera fundamental a veiculação das políticas dos agrupamentos no interior do Partido. Assim, para que os militantes e filiados tenham conhecimento dos pontos de vista e documentos dos referidos agrupamentos, deve-se dedicar esforços para que o Partido se responsabilize por sua divulgação e publicidade. Da mesma forma, o Partido deve esforçar-se para o fortalecimento de sua infraestrutura material, de forma a permitir que as reuniões dos agrupamentos se dêem no interior do próprio Partido.

É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

O reconhecimento de agrupamentos desse tipo - partidos dentro do PT - seria a aceitação do Partido enquanto frente política, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT. E colocaria irremediavelmente em risco a perspectiva de consolidá-lo como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o País.

Entretanto, levando em consideração que existem no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do Partido.

O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do Partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se como tendência interna do Partido

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do Partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...).

b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do Partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do Partido.

d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparente para o conjunto do Partido.

e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao Partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do Partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do Partido.

f) Uma tendência do Partido não pode construir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).

Episódio do Ceará é caso encerrado

O V Encontro Nacional do PT também deliberou sobre a chamada questão do Ceará.

Após análise do episódio, o V Encontro autorizou o Diretório Nacional a:

a) informar aos militantes de todo o País que os lamentáveis erros políticos cometidos por alguns companheiros, e que deram como resultado o episódio, foram corrigidos e superados;

b) revogar as punições aplicadas aos que recorreram e considerar extintas as penalidades aplicadas aos demais companheiros envolvidos no episódio, restabelecendo-os no exercício da militância partidária.

Novos cadernos do PT

O Diretório Nacional do PT publicará, em breve, cadernos com os principais documentos aprovados no V Encontro Nacional: o Plano Alternativo de Governo (que tem como texto base o documento intitulado "Pelo Brasil que a Gente Quer") e o Plano Político-Organizativo para o biênio 88/89 (que tem como texto base a plataforma básica aprovada no Encontro), e outros textos.

5º Encontro Nacional do PT

Pelo Brasil que a gente quer

As manobras de Sarney, Centrão e Cia.

O texto que aqui resumimos é uma análise da conjuntura política nacional, aprovada na reunião do Diretório Nacional, realizada nos dias 16 e 17 de janeiro, em São Paulo.

Sarney tenta recompor a base política de seu governo, envolvendo essencialmente políticos do "Centrão" e os setores mais conservadores do empresariado. Embora não se possa esperar mudanças profundas, é possível que Sarney amplie a participação do "Centrão" em seu Ministério, visando angariar a simpatia de seus integrantes e enfraquecer o PMDB, principalmente seu bloco de governadores.

Outra componente da tática de Sarney para retomar sua ofensiva em favor dos cinco anos é a obtenção de um acordo com credores externos, com o aval do FMI e do Governo norte-americano, que possibilite um refinanciamento da dívida. Sarney joga tudo na esperança de conquistar um mínimo de confiabilidade com os políticos conservadores e o grande empresariado. Contudo, suas margens de manobra são estreitas. Seu desgaste e sua falta de credibilidade transformam-se num estorvo mesmo para os políticos da direita. E esse fator tem comprometido suas tentativas de interferir na economia visando conter a inflação, o déficit público e estabelecer uma política econômica estável. Assim, o ataque político ao "Centrão" deve combinar-se com o ataque ao PMDB, buscando minar suas bases de sustentação e deslocá-las para o campo da oposição popular.

Ao que tudo indica, é pouco provável que o PMDB, ou parte dele, consiga produzir uma candidatura aglutinadora antes do término da Constituinte. O que representa um problema para as forças comprometidas com a transição conservadora, uma vez que o PMDB é mais credenciado para enfrentar eleições presidenciais em condições difíceis, beneficiado por suas campanhas em nível municipal. A opção mais à direita, representada pelo PFL, que pode atrair forças como o PTB e o PL, além de não contar com uma estrutura partidária em nível nacional, enfrenta obstáculos para compor uma chapa presidencial de unidade com Aureliano e Antonio Ermírio.

Apesar dos esforços de Sarney e de políticos oportunistas para transformarem o "Centrão" numa força orgânica, são muitas as dificuldades para torná-lo um projeto político comum. A tendência é que após cumprir seus objetivos - aglutinar forças para derrubar as principais conquistas populares aprovadas pela Comissão de Sistematização - o "Centrão" se fragmente e seus componentes se reaglutinem em torno das eventuais candidaturas do PMDB, do PFL ou do PTB.

A divisão do PMDB é fruto da cooptação da legenda pela direita, de seu controle pelo Governo Sarney e da inviabilização de qualquer projeto próprio do MUP ou dos "históricos" dentro do partido. Quanto aos dois últimos, apesar de representarem dissidências no projeto de transição, é preciso precaver-se contra o oportunismo eleitoral e o discurso de palanque de seus integrantes, incapazes de uma política de mobilização social e de uma estratégia alternativa.

Frente ao risco de o "Centrão" aprovar cinco anos de mandato e derrotar as poucas conquistas obtidas na Comissão de Sistematização, o PT precisa redefinir sua política e sua tática, levando em consideração a divisão interna do PMDB, a deterioração do quadro político nacional e a impossibilidade de o Governo oferecer uma saída para a crise econômica.

Essa redefinição também deve levar em conta:

- a certeza de que qualquer vitória no plenário da Constituinte depende da mobilização social, articulada com a unificação das lutas econômicas e sociais.

Os Diretórios Regionais devem iniciar nas capitais e principais cidades do País manifestações contra a carestia, aumento de aluguéis, tarifas e impostos, a corrupção e os desmandos do Governo Sarney e dos governadores.

- a luta por eleições diretas em 88 tem que ser feita em torno da candidatura de Lula e com base num Programa de Governo e na consolidação de uma estrutura e de campanha eleitoral.

- o Partido deve divulgar um boletim contendo um balanço da situação atual, denúncias da posição do "Centrão", as linhas mestras do Programa de Governo e nossas principais propostas.

- o Partido reafirma o centro de sua tática: a luta por eleições Diretas Já, agora com base na candidatura de Lula e com um Programa Alternativo de Governo; e desautoriza qualquer versão de que apoia ou virá a apoiar outros candidatos no segundo turno.

O Programa Alternativo de Governo expressará um conteúdo de reformas democráticas populares imediatas e de luta pelo socialismo que permitirá ao PT enfrentar com independência tanto as vertentes que disputam a hegemonia da transição - "históricos do PMDB" e "Centrão" - quanto uma saída do tipo populista, apresentada por Brizola.

O PT deve constituir-se em principal opositor ao "Centrão" e, ao mesmo tempo, deve aproveitar as oportunidades para desmascarar os "históricos" e o populismo de Brizola, mostrando as limitações e a inviabilidade de seus respectivos programas.

A Nova Direção Nacional do PT

É a seguinte a nova Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, eleita pelo DN em 6 de dezembro de 1987, e alterada em 17 de janeiro de 1988, na reunião do Diretório Nacional:

Executiva

Presidente: Olívio de Oliveira Dutra
1.º Vice: Djalma de Souza Bom, membro da coordenação do Comitê Eleitoral da campanha presidencial.
2.º Vice: Jacó Bittar
3.º Vice: Hélio Bicudo
Secretário Geral: José Dirceu de Oliveira e Silva
1.º Secretário: Paulo Delgado, Secretário Nacional de Organização, Coordenador da Comissão Nacional de Eleições Municipais.
2.º Secretário: Perseu Abramo
Tesoureiro Geral: Geraldo Magela Pereira, Secretário Nacional de Finanças
1.º Tesoureiro: Marcelo Deda
2.º Tesoureiro: Luiz Soares Dulci, Secretário Nacional de Cultura.
1.º Vogal: Wladimir Pomar, Secretário Nacional de Formação Política, membro da Coordenação do Comitê Eleitoral da Campanha Presidencial
2.º Vogal: Luis Eduardo Greenhalgh, Secretário Nacional de Relações Internacionais.
3.º Vogal: Luiz Gushiken, Secretário Nacional Sindical.
4.º Vogal: Hamilton Pereira da Silva, Secretário Agrário Nacional.
1.º Suplente: Eurides Mescolotto, Secretário Nacional de Movimentos Populares.
2.º Suplente: César Alvarez, da Coordenação da Secretaria Nacional de Organização e Secretário Nacional da Juventude.
3.º Suplente: José Genoíno Neto
4.º Suplente: João Machado Borges Neto
5.º Suplente: Gilberto Carvalho
Líder do PT na Câmara dos Deputados: Luis Inácio Lula da Silva

Diretório Nacional

É o seguinte o Diretório Nacional do PT, eleito pelos delegados do V Encontro Nacional, em 6 de dezembro de 1987:

1. Líder do PT na Câmara dos Deputados: Luiz Inácio Lula da Silva (SP)
2. Líder do PT no Senado Federal:
3. Olívio Dutra (RS)
4. Luiz Inácio Lula da Silva (SP)
5. Jair Meneguelli (SP)
6. Avelino Danzer (PA)
7. Djalma Bom (SP)
8. José Dirceu (SP)
9. Jacó Bittar (SP)
10. Eduardo M. Suplicy (SP)
11. Luiz Soares Dulci (MG)
12. Perseu Abramo (SP)
13. Luiz Gushiken (SP)
14. Hamilton Pereira da Silva (GO)
15. Hélio Bicudo (SP)
16. Eurides Mescolotto (SC)
17. Luis Eduardo Greenhalgh (SP)
18. Gilberto Carvalho (PR)
19. Clóvis Ilgenfritz da Silva (RS)
20. Wladimir Pomar (SP)
21. Paulo Delgado (MG)
22. Geraldo Pastana (PA)
23. Geraldo Magela (DF)
24. Perly Cipriano (ES)
25. Plínio de A. Sampaio (SP)
26. Neri Firigolo (RO)
27. Marcelo Deda (SE)
28. Benedita da Silva (RJ)
29. Jonas Paulo de Oliveira Neres (BA)
30. Cezar Alvarez (RS)
31. Valdi Camarcio Bezerra (GO)
32. Gilney Amorim (MT)
33. Francisco Rocha da Silva (PE)
34. Delubio de Castro (GO)
35. João pedro Stedile (SP)
36. Francisco Correa Weffort (SP)
37. José Ilário Gonçalves Marques (CE)
38. Antonio Carlos Pereira (MG)
39. Aparecida Gonçalves (MS)
40. José Genoíno Neto (SP)
41. João machado Borges Neto (SP)
42. Ivan Valente (SP)
43. Raul Pont (RS)
44. Mauricio Faria Pinto (SP)
45. Jorge Almeida (BA)
46. Tomas Mata Machado (MG)
47. Tarso Genro (RS)
48. Luiz Sergio Gomes da Silva
49. Joaquim Soriano (RJ)
50. Valério Arcari (SP)
51. Marcos Rolim (RJ)
52. Edmilson Rodrigues (PA)
53. Francisco de Souza (SP)
54. José Eduardo Utzigui (SP)
55. Eduardo Jorge (SP)
56. Augusto de Franco (GO)
57. João Alfredo M. Telles (CE)
58. Anísio Soares Maia (PB)
59. Everardo Aguiar (PA)
60. Sandra Starling (MG)
61. Cipriano Vasconcelos (RN)
62. Luiz Eduardo Cheida (PR)

SUPLENTES

1. Devanir Ribeiro (SP)
2. Darci Accorsi (GO)
3. Otaviano Carvalho (ES)
4. Armelindo Passoni (SP)
5. Victor Buaiz (ES)
6. Valdemar Rossi (SP)
7. Jarbas Barbosa (PE)
8. Wilson Farias (RJ)
9. Geraldo Candido (RJ)
10. Clara Ant (SP)
11. Flávio Koutzii (RS)
12. Klaus Germer (PR)
13. Vilson Santin (SC)
14. Virgílio Guimarães (MG)
15. José Nobre Guimarães (CE)
16. Chico Ferramenta (MG)
17. Rui Falcão (SP)
18. Antonio Maragon (RS)
19. Candido Vacareza (SP)
20. Raimundo R. Dias (BA)
21. Juarez de Paulo Filho (CE)

Olívio Dutra aclamado novo presidente do PT

A opção pelo Socialismo

Olívio Dutra, presidente nacional do PT

A escolha do novo presidente do Partido dos Trabalhadores também foi feita por aclamação dos delegados presentes ao V encontro. Em seu discurso, o companheiro eleito, deputado federal Olívio de Oliveira Dutra, do Rio Grande do Sul, fala sobre a importância da consolidação do PT como instrumento que levará ao fim da exploração do homem pelo homem e à construção de uma sociedade socialista.

Segue um resumo do discurso do presidente Olívio Dutra.

"Nossa presença no PT desde os seus primeiros passos, além de uma opção pessoal, foi também opção pela construção de um instrumento que leve ao fim da exploração e à construção de uma sociedade realmente justa e democrática, a sociedade socialista.

"Viemos do movimento sindical, muitos de nós. Mas o PT não foi construído só no movimento sindical. O PT teve diferentes forças da luta popular: o movimento comunitário; companheiros de diferentes organizações partidárias que lutavam contra a ditadura e pelo socialismo; cristãos de diferentes religiões; trabalhadores do campo e da cidade.

Salto de qualidade

"O PT representou um salto de qualidade ao ser construído nas lutas práticas, porque entendeu que as lutas do cotidiano são momentos importantes na vida dos trabalhadores, embora por si só não eliminem a exploração.

"Mas a existência do PT não quer dizer que milhares de trabalhadores a ele estejam ligados politicamente ou até mesmo filiados. É por isso que o PT deve ser instrumento de educação e de aprendizado político das massas no rumo da transformação.

"Não somos donos da verdade. Nunca pretendemos ser. Mas queremos que a nossa verdade, construída na luta de cada trabalhador, seja colocada para o conjunto do povo. Queremos que milhares de outros trabalhadores ingressem no Partido, para nele se organizar e ter um instrumento de luta política.

"Os debates aqui travados revelaram que temos muito a discutir ainda, mas revelaram também que a qualidade cresce de Encontro em Encontro. Entre nós, trabalhadores, tem que haver tolerância, camaradagem e companheirismo, o que não significa um escamoteamento de diferenças."

Uma sociedade nova

"Queremos construir uma sociedade nova, resultado da vontade e da prática de milhões. Também queremos construir um Partido que seja dirigido pelo conjunto de seus filiados e de seus militantes; com uma direção que não seja desta ou daquela corrente, mas sim do Partido.

"O grau de informação, de instrução e de participação política da classe trabalhadora é diferenciado. Nossa discussão deve ser permanente em torno dos ritmos, das formulações e das propostas do Partido. E é por isso que somos perigosos para os adversários - que ironizam nosso debate interno porque nas organizações deles não existe debate: o chefe falou e está acabado. Somos perigosos para os inimigos da classe trabalhadora porque soubemos construir uma ferramenta que não é sucedâneo de partidos da esquerda clássica, mas que reconhece as lutas históricas internacionais contra a exploração e pelo socialismo. Um partido crítico dos erros, mas que sabe colher as experiências dos trabalhadores na história do nosso país e na história de outros povos."

Os desafios

"Esta direção, recentemente eleita, vai enfrentar desafios enormes. O principal é não termos na função do presidente a liderança popular mais expressiva do país, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

"Temos que funcionar efetivamente como um coletivo, a direção deste Partido, mais do que nunca, não poderá ser apenas a de seu presidente, de sua Executiva, de seu Diretório; terá de ser a organização, pela base, de cada um de seus militantes, nos núcleos, nas instâncias de deliberação coletiva. Essa é a principal tarefa da direção que hoje assume. Todos nós sempre sonhamos em ter o Partido organizado, nuclearmente, em cada local de trabalho, em cada luta, em cada movimento, em cada local de moradia. É sonho de cada um de nós, e tem de ser prática de todos, a nucleação do Partido, essa é a forma de fazer com que o nosso Partido tenha respostas ágeis, rapidez, coerência e clareza política.

"O PT nunca fugiu a desafios. Tem se construído enfrentando desafios colocados pela sociedade exploradora em que vivemos, pela truculência e violência dentro das fábricas, pela ditadura do empresário e do capitalista, dentro dos nossos locais de trabalho, onde há muitos trabalhadores se organizando e organizando os companheiros, sofrendo pressão e repressão, perdendo o emprego e, muitos, perdendo a vida. O PT é o corolário dessas lutas, tem que ser assim, há de ser assim, pela vontade de todos nós."

O Socialismo

"A questão do socialismo para nós é seríssima. É algo da vida de cada um. Não há solução para nós, os trabalhadores, numa sociedade que não seja socialista. Mas o socialismo que queremos não é aquele em que o Partido substitui as entidades do movimento civil, em que o Estado se confunde com o Partido. As experiências de socialismo de diferentes países, apesar de erros, são também experiências valiosas. Socialismo significa socialização dos meios de produção mas significa também o controle social do Estado e do governo, a democracia, o pluralismo partidário, a liberdade de religião e de culto.

"Ora, isto significa realizar um debate profundo e continuado, porque estes são problemas que o socialismo tem enfrentado em diferentes países e continentes.

"Portanto, o PT não pode, neste momento e nesta quadra de sua história, ter um projeto socialista pronto e acabado. Mas precisa definir parâmetros, balisar sua forma de caminhar no rumo do socialismo sem perder os pés do chão, na realidade.

"Devemos ter propostas concretas quando estivermos governando prefeituras, ao nos propormos a governar o país, para solucionar os problemas do dia-a-dia do povo e das massas. Não podemos nos perder nas propostas do imediato ou do médio prazo, mas cada uma delas deve expressar nossa construção da nossa alternativa estratégica, que é da sociedade sem explorados nem exploradores. Todos os quadros do nosso Partido - e o PT é um partido de massas, que tem que criar seus quadros - devem ter o compromisso de estimular e organizar este debate. E, enquanto o PT dá resposta à conjuntura, deve também aprofundar sua perspectiva socialista.

"Hoje, o PT tem condições de dar respostas do interesse das maiorias, construindo um Programa Alternativo de Governo que só pode ser defendido por uma candidatura com origem no campo e na luta popular, com compromissos com essa luta, que seja face dessa luta e esperança de milhões.

"O PT tem hoje condições de ter uma candidatura à Presidência da República que represente não apenas os milhares de seus filiados e simpatizantes, mas que expresse a vontade de milhões de trabalhadores do campo e da cidade e outros setores que querem efetivas transformações.

"O PT tem condições de dizer: basta de candidaturas que têm bom discurso, vários diplomas, bastante dinheiro, acesso aos meios de comunicação, às reuniões nos salões acarpetados dos industriais e fazendeiros. Temos uma candidatura do PT à Presidência da República que vai em praça pública, junto ao povo, defender um programa construído pelo próprio povo; e para a construção desse programa também convidamos as outras forças populares e progressistas que querem efetivas transformações e que se reinvindicam do campo da esquerda e do socialismo."

A direita reage aos avanços populares

"A estabilidade no emprego, aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte em razão de uma manobra da esquerda, é incompatível com o sistema capitalista e colocará em risco toda a economia do País, gerando desemprego, miséria e uma enorme crise social". Frases como essa têm sido repetidas insistentemente por empresários e políticos conservadores, através e com a total colaboração dos meios de comunicação. A União Brasileira de Empresários, a UDR e as entidades que se constituem nos principais porta-vozes do pensamento da direita são unânimes em afirmar que a decisão da Comissão de Sistematização trará o caos absoluto.

Nada disso é verdade. Em primeiro lugar, a Comissão de Sistematização não aprovou a estabilidade no emprego, garantido apenas a proibição contra a demissão imotivada. Em segundo lugar, mesmo que a estabilidade fosse aprovada, o que ocorreria seria tão somente a adoção de um princípio já consagrado no sistema trabalhista de países capitalistas como o Japão e a Itália.

O que diz a atual Constituição

A Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, imposta pela junta militar em substituição à Constituição de 1967, manteve o texto anterior acerca da estabilidade no emprego, texto este adotado em oposição às garantias bem mais amplas oferecidas aos trabalhadores pela Constituição de 1946 (quadro 1).

Com base nesse texto liquidou-se de vez com a estabilidade no emprego, substituindo-a, quando da demissão do trabalhador, por uma pequena indenização e pelo "direito" de saque do FGTS.

Bernardo Cabral 2, um texto polêmico

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB/AM), após os trabalhos desenvolvidos na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e na Comissão da Ordem Social, apresentou, no corpo do seu Substitutivo, conhecido como Cabral 2, uma proposta polêmica atacada tanto pela esquerda como pela direita (quadro 2). Os constituintes progressistas, as centrais sindicais e os partidos de esquerda criticaram o fato de a proposta, ao defender apenas a proibição contra demissão imotivada, representar um retrocesso em relação às conclusões da Subcomissão e da Comissão, que apontavam para a necessidade de adoção do princípio da estabilidae. Os empresários e toda a direita em geral condenaram a proposta que, no entender deles, era "de esquerda".

Na medida em que o Cabral 2 foi adotado como texto-base para discussão e votação na Comissão de Sistematização, composta por 93 constituintes, a proposta de garantia contra demissão imotivada havia ficado provisoriamente aprovada, sendo necessários 47 votos em favor de uma outra proposta qualquer (maioria absoluta) para que ocorresse a substituição da sugestão do relator.

As alternativas ao Cabral 2

Dentre as inúmeras propostas apresentadas por constituintes e através de Emendas Populares referentes à questão da garantia no emprego, três principais foram votadas pela Comissão de Sistematização em oposição ao texto-base. A primeira, mais à esquerda, de autoria do Lula, propunha a estabilidade na forma aprovada na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e na Comissão da Ordem Social. A segunda, defendida pela liderança do PMDB, defendia a não deliberação acerca da matéria e a remessa da questão para a legislação ordinária. Finalmente, a terceira - de iniciativa dos empresários e sustentada pelos setores mais conservadores da Constituinte -, propunha a manutenção da situação atual, efetuando modificações mínimas em relação ao disposto na Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, de autoria da junta militar (quadros 3, 4 e 5).

A proposta do Lula, baseada no trabalho anterior da Constituinte, no Projeto de Constituição do PT e nas emendas populares assinadas pelos trabalhadores, não obteve 47 votos, ficando com apenas 38 e sendo rejeitada, portanto, a proposta que garantiria a estabilidade no emprego.

Também foi rejeitado o texto defendido pela liderança do PMDB, que, ao remeter a questão para a lei ordinária, copiava uma proposta inicial apresentada e depois abandonada por Bernardo Cabral, que constou de sua primeira proposta de substitutivo, o Cabral 1. É curioso observar que ao se recusar a enfrentar a questão, a liderança do PMDB renegou sua proposta do Governo para o Brasil, aprovada em 1982, e conhecida como "Esperança e Mudança", onde afirmava, taxativamente, que "a estabilidade no emprego é uma das mais justas aspirações dos trabalhadores brasileiros(...) e é preciso estabelecer uma legislação que assegure a verdadeira estabilidade".

A Comissão de Sistematização recusou, finalmente, a emenda da direita, oriunda de uma emenda popular patrocinada por empresários gaúchos e defendida por setores conservadores e, inclusive, pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros. A "emenda dos empresários", como ficou conhecida, partia do princípio de que qualquer mudança de maior envergadura no campo da garantia no emprego representaria uma medida anticapitalista, recusando-se, por exemplo, até mesmo a tomar conhecimento de posições defendidas por diversos empresários brasileiros e estrangeiros, como Akio Morita, da Sony japonesa, que em seu livro "Made in Japan", uma das bíblias do empresariado moderno, diz o seguinte: "Não consigo ver nada de bom, de positivo, nesse negócio de demitir pessoal. Se a direção da empresa assume o risco e a responsabilidade de admitir gente, então é também responsabilidade da direção da empresa garantir o emprego de seus funcionários. O empregado não tem a decisão prioritária nesse processo e,quando chega a recessão, por que deveria ele sofrer as consequências do fato de ter sido empregado pela empresa?"

Comissão de Sistematização aprova garantia no emprego

Com a rejeição das três principais alternativas à proposta de garantia no emprego do Relator Bernardo Cabral, esta última ficou adotada como proposta definitiva da Comissão de Sistematização. A Emenda Lula obteve 38 votos, a proposta da liderança do PMDB 35 e a dos empresários 29 votos, nenhuma alcançando os 47 necessários para a substituição do texto do Cabral 2. Com isso, não foi aprovada a estabilidade no emprego, ao contrário do que insiste em afirmar a direita, apoiada pelos meios de comunicação. E se é verdade que se evoluiu em relação à situação atual, a garantia constitucional contra a demissão imotivada ainda não é a decisão que atenda às reivindicações históricas dos trabalhadores, até porque, embora adotada como regra geral, não será aplicada às pequenas empresas com até 10 empregados.

Tendo sido aprovado o texto original do Cabral 2, houve apenas uma modificação, esta bastante importante, que equiparava os trabalhadores rurais e urbanos, ficando definida a posição da Comissão de Sistematização (quadro 6).

Plenária: a batalha final

O texto aprovado em caráter definitivo pela Comissão de Sistematização é o texto indicativo para a dicussão e votação no Plenário, da matéria referente à garantia no emprego. É necessário, para modificá-lo, o apoio da maioria absoluta dos 559 Constituintes, ou seja, 280 votos. A Bancada do PT já definiu sua estratégia na batalha do Plenário: tornará a apresentar a Emenda Lula e, caso ela não obtenha os 280 votos necessários para a sua aprovação, lutará pela manutenção do texto aprovado na Comissão de Sistematização, procurando, também, assegurar a proteção contra a demissão imotivada nas empresas com até 10 empregados.

Entretanto, as forças conservadoras, articuladas no "Centrão", não querem nem discutir a Emenda Lula e recusam-se a aceitar a proposta oriunda do Cabral 2. Diante desse quadro, tudo leva a crer que a batalha decisiva a ser travada em Plenário será extremamente difícil para os progressistas.

Se não houver mobilização por parte dos trabalhadores, será impossível a aprovação da Emenda Lula e até mesmo a manutenção da garantia contra a demissão imotivada.

Pedro Dallari
***membro da Comissão Constitucional do PT e assessor da Bancada do Partido na Constituinte**

quadro 1

Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

Art. 165 - A constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem a melhoria de sua condição social:

XIII - estabilidade, com indenização ao trabalhador ou fundo de garantia equivalente;

quadro 2

Proposta do segundo substitutivo do Bernardo Cabral (Cabral 2)

Art. 6.º Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

I - garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:

a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei;

b) falta grave, assim conceituada em lei;

c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio da empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho;

quadro 3

Emenda Lula

art. - São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

I - garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados:

a) ocorrência de falta grave comprovada judicialmente;

b) contrato a termo, não superior a 2 anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou da atividade da empresa;

c) prazos definidos em contrato de experiência, não superiores a 90 dias, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;

d) superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização, a critério do empregado;

quadro 4

Proposta da Liderança do PMDB

Art. - Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

I - contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei;

quadro 5

Proposta dos Empresários

Art. - São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:

I - garantia de relação de emprego salvo:

a) contrato a termo;

b) ocorrência de falta grave;

c) prazos definidos em contratos de experiência, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;

d) superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa;

e) pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei;

quadro 6

Texto aprovado pela Comissão de Sistematização

Art. 7.º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: (...)

segue idêntico ao Cabral 2, quadro 2

Errando também se aprende

Como contribuição ao debate sobre a atuação sindical do PT, este artigo dá continuidade a uma série - iniciada na edição passada - que trata algumas concepções sobre a avaliação da greve geral de 20/8/87.

O primeiro foi dedicado à relação derrota e derrotismo. Este trata da necessidade de avaliar as experiências passadas como base para o posterior avanço na luta.

Em artigos seguintes serão abordados os problemas relacionados com o voluntarismo, a necessidade de um estilo de trabalho democrático com as massas, a natureza da corrente Luis Antonio - Magri e a tática para derrotá-la.

Alguns companheiros supõem que se pode passar por cima do que aconteceu no processo de preparação e deflagração da greve geral de 20/8 e só olhar para frente. Sugerem que a única forma de avaliar a greve é na perspectiva do avanço da luta.

Na verdade, seria um erro avaliar uma luta sem ter perspectiva do futuro. Entretanto, se isso é verdade, também comete erro idêntico quem só olha para frente, sem partir das experiências positivas e negativas e dos resultados obtidos com as lutas passadas. Sem levar em conta essas experiências, sem avaliar o passado a partir da verdade dos fatos, corremos o risco de cometer os mesmos erros anteriores. Desse modo, as classes trabalhadoras não se educam, nem elevam seu nível de consciência.

Qual é o aspecto mais importante para se saber se uma luta teve resultados positivos ou não? Na avaliação das lutas, essa é a primeira questão a ser verificada: a luta serviu para que a classe trabalhadora acumulasse forças? Serviu para desgastar as forças da burguesia? Encheu os trabalhadores de ânimo e de confiança em suas próprias forças? Criou as condições de força capazes de barrar a política da burguesia?

Sem responder a essas perguntas, uma avaliação é incompleta, leva a conclusões equivocadas e, mais adiante, a novos erros. Vejamos por exemplo uma das avaliações a respeito da greve geral de 12/12/86. Nela se diz que sua força residiu no fato de que ela freou momentaneamente o arrocho, obrigando o governo a manter a política salarial. Até que ponto isso é certo? Pode-se considerar que a greve do dia 12/12/86 acumulou forças suficientes para impedir que o governo, em fevereiro de 87, junto com a moratória técnica, decretasse mais arrocho salarial, a retirada do gatilho, aumento do desemprego e aprofundamento da submissão ao FMI?

Certamente a greve de 12/12/86 foi uma demonstração de capacidade de mobilização dos trabalhadores. Mas é preciso reconhecer, fundamentalmente, que ela foi incapaz de criar condições de força que barrassem as medidas governamentais adotadas dois meses após. Avaliada em maior profundidade e considerando seu aspecto principal, a greve de dezembro de 86 indicaria lacunas sérias e resultados pouco consistentes em termos de mudanças na correlação das forças políticas e de alcance de seus objetivos.

Assim, um exame mais preciso dessa greve teria ajudado o movimento sindical e as classes trabalhadoras a pensar com mais cuidado na utilização da forma de luta **greve geral**. Ela teria ensinado que para obter resultados efetivos na mudança da correlação de forças seria necessário mobilizar um contingente de forças políticas muito superiores às que foram mobilizadas em dezembro. Em outras palavras, uma das importantes lições daquela greve geral consiste em que é necessário mobilizar, além do movimento sindical, forças sociais e políticas mais amplas (sociedade civil, partidos políticos etc.) para que essa forma de luta consiga alcançar os objetivos a que se propõe.

Ofuscados pela participação dos trabalhadores naquele movimento, não fomos capazes de extrair dele essa lição, não fomos capazes de aprender com a própria luta naquilo que ela deveria ter de fundamental (mudar a correlação de forças). E, olhando só para a frente, na perspectiva do avanço da luta, cometemos os mesmos erros de dezembro na convocação, preparação e deflagração da greve de 20 de agosto de 87. Com a agravante de que a conjuntura era outra, muito mais desfavorável (como veremos em outro texto).

Por tudo isso e com muito mais razão, é indispensável examinar em todos os aspectos a greve de 20/8, escavar seus lados positivos e negativos, avaliar detidamente seus procedimentos e consequências e, sem medo de enfrentar a crítica, fornecer às classes trabalhadoras as informações que elas precisam para tirar as lições do passado, aprender com elas e refazer as condições para avançar na luta.

Wladimir Pomar
secretário de Formação Política

O ENIGMA CHINÊS

O Enigma Chinês - Capitalismo ou Socialismo, de Wladimir Pomar, traça os contornos do socialismo à chinesa, com seus componentes principais e seus contrastes. Suas indagações e reflexões sobre o processo da transição socialista oferecem pistas originais para entender muitas mudanças que vêm ocorrendo nos países do Leste Europeu.

O Partido Comunista da China e seus líderes, principais responsáveis pelas transformações da sociedade chinesa, são estudados como frutos de seu próprio tempo. Suas condições, seus erros e acertos refletem as contradições da sociedade em que surgiram e sobre a qual agiram. Sobre esse fio condutor aparecem os primeiros anos da construção socialista, o grande salto adiante, a revolução cultural e as reformas iniciadas em 1978.

(Dispomos de alguns exemplares que serão vendidos na sede nacional com pequeno desconto. Informações pelo fone: 575-2299).

8 anos de PT

O PT está completando seu oitavo ano de luta!

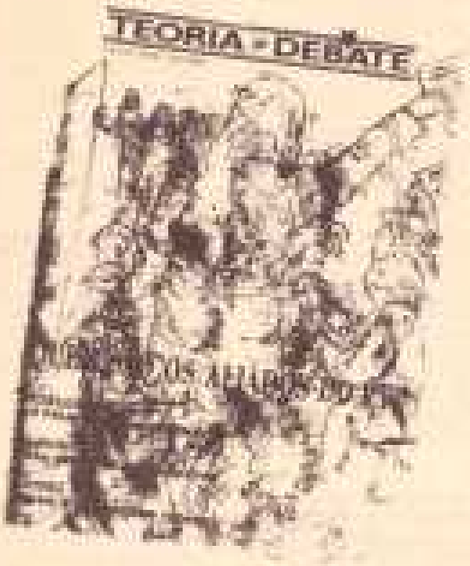
Junho de 1980 - Primeira Comissão Diretoria Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores.

1980 - a retomada das lutas operárias e sindicais associadas a todo o processo de luta contra a ditadura militar promoviam importantes mudanças políticas no país. O PT surgia como resultado direto do avanço das lutas operárias e sindicais.

LINDAS AGENDAS PT 88

As Agendas do PT para 88 estão prontas e a venda em todos os Diretórios e Núcleos. São dois modelos (grande e pequena) e duas cores (preto e vermelho), que é para contentar gregos e troianos. Os preços? Baratíssimos!

PT/São Paulo lança "Teoria & Debate"



O Diretório Regional do PT em São Paulo acaba de lançar sua revista PT: Teoria e Debate.

PT: Teoria e Debate será um órgão trimestral, de 48 páginas, voltado para a expressão das idéias que se manifestam no interior do Partido, buscando aprofundar seu pensamento político e avançar no debate entre as diversas correntes de opinião, sempre procurando ter como referêncial a conjuntura do país e mundial.

O primeiro número tem como temas a tutela militar no país, a economia mundial, a questão do aborto, o PT e sua política de alianças, URSS: "glasnost e perestroika", uma entrevista com Fulvio Abramo e sindicalismo de resultados: o que é e a que vem?

PT: Teoria e Debate já está fazendo sua campanha de venda de assinaturas. Faça uma assinatura de apoio - Cz$ 1.000,00 - ou uma assinatura normal (por um ano, 4 números) Cz$ 400,00. As assinaturas podem ser feitas em todas as sedes de Diretórios do PT ou pelo correio, endereçando-a, junto com um cheque no valor correspondente, à sede do PT em São Paulo, Rua dos Franceses, 471, CEP 01329, Bela Vista-SP, Capital - Fone: 287-5264.

Uma campanha em defesa da vida na Colômbia

A Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores está encaminhando, em caráter de urgência, uma campanha em defesa da vida dos trabalhadores, camponeses, estudantes, homens e mulheres da Colômbia. Essa ação faz parte da "Campanha Internacional Hector Abad Gomez" (nome do presidente do Comitê de Direitos Humanos da Antióquia, recentemente assassinado).

Solicitamos o envio de telegramas, abaixo assinados, cartas, exigindo respeito à vida, fim dos sequestros e assassinatos de militantes políticos e sindicais, fim da repressão a: Virgilio Barco, presidente da República da Colômbia.

Enviar cópia a SRI/PT, Av. 11 de Junho, 260 - Vila Clementino - CEP 04041 - São Paulo, que as enviará às entidades colombianas e à imprensa.

O jornal da Frente Sandinista de Libertação Nacional, **Barricada Internacional**, está sendo editado em português.

UNE: O fim da política do "aparelhamento"

A luta da UNE em Campinas (SP)

Com mais de dois mil delegados representando cerca de 1.465 cursos/escolas do Brasil, o 38.º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado nos dias 9, 10, 11 e 12 de outubro, em Campinas/SP, foi marcado pela pouca discussão política e pela falta de uma melhor elaboração de projetos políticos que orientem a luta dos estudantes nas escolas no dia-a-dia.

No entanto, este Congresso conseguiu corresponder aos anseios da maioria dos estudantes ao eleger uma nova diretoria identificada com uma política independente que privilegie a defesa das reivindicações estudantis.

Rompe-se assim a política de aparelhamento vivida até então pela UNE. Após 8 anos de gestão da corrente "viração" à frente da entidade esta encontra-se em um gueto. Vive um isolamento material e político, seja por parte dos estudantes, seja por parte da sociedade como um todo.

Derrotar a corrente "viração", ligada ao PC do B, e eleger uma nova diretoria comprometida com os estudantes foi um passo fundamental rumo à reconstrução da UNE.

Nesta tarefa os estudantes petistas ocuparam um papel de destaque ao conseguirem unificar o conjunto da oposição à ex-diretoria, o que possibilitou a vitória. Isso graças ao trabalho desenvolvido pela coordenação nacional de estudantes do Partido.

Porém, não podemos nos deixar levar pela euforia da vitória e desconhecer todo o desgaste que vive a entidade. É importante perceber que não basta a mudança da diretoria para que mude a postura dos estudantes. É necessária uma melhor elaboração política de propostas que viabilize uma nova prática transparente, criadora, democrática e, fundamentalmente, apartidária. Precisamos abrir novos espaços para discussões que vão desde questões da juventude até a defesa do ensino público e gratuito, na Constituinte.

A UNE tem que ser reconstruída como entidade social que deve estar ao lado dos trabalhadores e do povo na luta pela transformação da sociedade.

Neste momento em que o país atravessa uma das maiores crises econômicas e política da sua história compete à UNE estar ao lado dos setores populares na luta contra o governo Sarney por eleições diretas, em defesa das emendas populares na Constituinte, na luta contra os aumentos de mensalidades nas escolas privadas e contra o corte de verbas nas escolas públicas, pela democratização das escolas com eleições diretas paritárias para os cargos diretivos, entre outras.

Somente dando a palavra aos estudantes, garantindo a mais ampla democracia na base do movimento é que a UNE poderá de fato estar de volta aos estudantes.

Eugênio Pasqualini
Membro da Coordenação Nacional de Estudantes Petistas

Benjamin responde a Palmeira

Ética e disciplina partidária foram flagrantemente desrespeitadas pelo artigo "Se essa onda pega...", assinado pelo deputado Wladimir Palmeira e publicado em página inteira da edição de setembro do Boletim Nacional. Ao veicular informações truncadas, distorcidas ou simplesmente mentirosas, ao aceitar tornar-se veículo de calúnias contra militantes dotados de um currículo acima do normal no processo de construção do nosso partido, este boletim atropelou o trabalho da própria comissão nomeada pelo Diretório Nacional para "apurar os fatos e aprofundar as questões políticas de fundo que envolvem o assunto". Nesta mesma resolução, datada de agosto último, a direção nacional decidiu "anular a decisão do Diretório Regional do Rio de Janeiro em expulsar Sérgio Andréa, suspender César Benjamin e censurar Apolônio de Carvalho, Benedita da Silva, Lúcia Arruda, Antonio Neiva e Angela Borba" - os 'adesistas', na linguagem grotesca de Wladimir - "na medida que é evidente o desrespeito, por parte do Diretório Regional, às normas regimentais básicas que garantem a todos os envolvidos em casos de transgressão de diretrizes partidárias um amplo processo de discussão e defesa de seus pontos de vista". É inconcebível que, em sua primeira edição posterior a esta resolução, o Boletim tenha adotado uma linha editorial que contraria frontalmente o espírito da decisão do Diretório Nacional.

Seria maçante e deseducativo para o conjunto do Partido desmentir linha por linha o arrazoado veiculado por Wladimir Palmeira, que no Rio de Janeiro insiste em abalar por via administrativa um debate de natureza política.

Cumplicidade com o fisiologismo, punições administrativas e uso sistemático da desinformação conformam um método de luta política que deve ser banido do PT. É essa a onda que não pode "pegar".

A polêmica em curso no Rio de Janeiro não opõe "adesistas" a "petistas". O uso de jargões deste tipo cumpre a função de encerrar o debate antes mesmo de iniciá-lo, prática comum no PT do Rio, que permanece defasado em relação ao amadurecimento e o crescimento nacional do Partido. Para superar sua profunda crise - que, além de política ideológica, também é de natureza ética - a seção fluminense de nosso partido necessita renovação profunda e substantiva, de modo a habilitar-se a enfrentar pelo menos três desafios básicos, que se desdobram em outras tantas iniciativas e tarefas.

O primeiro: modificar sua forma de relação com o povo, até aqui marcada pela mediação exclusiva das palavras de ordem exaustivamente discutidas em intermináveis reuniões. Aprender a trabalhar em corpo-a-corpo com o povo, conhecendo sua força e suas fraquezas, compartilhando seu cotidiano e seu imaginário, é um primeiro desafio fundamental para os que se propõem - seriamente - a construir um partido dos trabalhadores.

O segundo: modificar sua escala de trabalho, com ousadia e imaginação. Trata-se, neste aspecto, de construir, uma "vocação vencedora" que nada tem a ver com a atual combinação de incompetência política e retórica revolucionária. Há, entre nós, companheiros que transformam a fraqueza em virtude, como se aquela representasse um atestado de fidelidade aos princípios. Reproduz-se assim um estado de espírito que se adequa perfeitamente ao esquerdismo mais infantil: despreza-se a relação de forças em presença na sociedade, tenta-se negar a heterogeneidade social e política existente no próprio campo democrático e popular, abandona-se a idéia de vinculação orgânica com o povo, transforma-se a agitação em fetiche.

O terceiro: modificar seu estilo de relação interna. O PT do Rio vive imerso em uma cultura que desfavorece sua ampliação. Não construímos os níveis mínimos de unidade necessários para liberar para fora as energias do Partido, não cultivamos o companheirismo como estilo de relação, não formamos quadros. O espírito de seita predomina largamente sobre o espírito de partido. Nossos níveis de organização são elementares, nosso acesso a instrumentos de ação política é muito limitado. Durante anos a fio, muito antes de expulsar Sérgio Andréa e me suspender, o PT do Rio expulsou e suspendeu, sem processo formal, alguns milhares de trabalhadores e pessoas honestas que tentaram aproximar-se dele.

Neste contexto - aqui obviamente simplificado - é que se insere a atual discussão sobre política de alianças. Ninguém se declara contra essa idéia. Mas, em seguida, colocam-se pré-condições de tal natureza que o problema passa a ser assim formulado: "somos a favor de alianças, desde que as outras forças políticas se anulem e aceitem tornar-se iguais a nós", ou, o que é o mesmo: "alianças sim, sempre com hegemonia previamente garantida". Exigimos no Rio, por decreto, uma hegemonia que socialmente não nos pertence, reproduzindo um enredo de que conhecemos o fim: o isolacionismo (nosso candidato a prefeito da capital teve 0,9% dos votos) ou a realização de alianças eleitorais de última hora. Há uma lógica perversa que une Wladimir Palmeira e o PV (leia-se Fernando Gabeira), aparentemente tão desiguais. Mantendo o PT isolado e fraco, tendo experimentado a derrota de 1985, a política do primeiro necessita, para reciclar-se, pinçar de tempos em tempos, de forma artificial, um nome eleitoralmente mais forte. Quanto a Gabeira, nada melhor para sua carreira pessoal do que a existência de uma legenda charmosa porém enfraquecida e, por isso mesmo, sempre disponível.

Fora deste contexto, a construção partidária e a elaboração de uma política de alianças são colocadas em contraposição, como se esta última representasse um ato de capitulação - ou "adesismo" - e não uma forma concreta e eficaz de ação política, preservando-se identidades, princípios e programas. Nunca adotamos - nem adotaremos - uma postura acrítica diante da administração Saturnino Braga, mas o próprio ato de crítica exige bastante competência e responsabilidade do que a demonstrada por Wladimir. Não posso me entender rebatendo uma a uma as bobagens contidas em seu artigo. Devo dizer, no entanto, que não me surpreendo com elas. Faz parte da cultura dominante no PT do Rio desprezar os fatos ou distorcê-los grosseiramente. Nossa dificuldade mais comum não é debater teses, refutar interpretações, polemizar sobre conceitos. É mais fundamental e mais elementar. Wladimir e alguns outros dirigentes do PT do Rio desconhecem materialmente aquilo de que falam. Não procuram dados, valorizam boatos, ignoram informações básicas, não estudam seriamente os assuntos, lixam-se para a realidade, rebelde e complexa. Reproduzem como norma o esperto artesão de Andersen que construiu a roupa do rei tendo como matéria-prima sua própria - e fértil - imaginação. Trata-se de método que sem dúvida rende bons frutos, mas só até certo ponto. Infelizmente, em algum momento, de uma ou outra maneira, a realidade insiste em se impor, principalmente quando se sai dos debates fechados, realizados em palácios reais ou diretórios partidários.

O PT do Rio e outras forças de esquerda vivem esmagados pelo reiterado confronto entre os grupos conservadores agrupados em torno da "Nova República" e o populismo brizolista, habilíssimo na manipulação de demandas de massas desorganizadas. São estes os dois grandes blocos da política estadual, que normalmente disputam entre si 80% dos votos em jogo. É a composição de um campo de esquerda mais amplo - sem dúvida heterogêneo, sobre o qual não temos no momento hegemonia - é essa composição, mesmo assim, que nos permitirá combater com mais eficácia nossos principais inimigos, contribui para aumentar o grau de liberdade desfrutado pelo povo, aprofundar nossos laços com ele nas lutas por melhorias parciais em suas condições de vida e nos dotar de instrumentos de ação política muito mais poderosos do que os que tivemos até aqui.

Em menos de três meses de intenso trabalho na principal secretaria social de uma prefeitura agora alinhada com o Partido Socialista Brasileiro (por que esse detalhe é sempre omitido?), cerca de 25 identificaram e eliminaram focos de corrupção, reformularam padrões clientelistas de realização de obras em favelas, reativaram o programa de alternativas de trabalho e geração de rendimentos, estabeleceram uma política avançada de assentamentos de população sem terra, modernizaram o trabalho de uma autarquia financeira, delinearam um programa de formação de pessoal que ao longo do próximo ano atingirá 1.500 moradores de favelas, criaram e passaram a dirigir um programa de rádio. Assumimos, ademais, sempre com grande autonomia, a coordenação da política para loteamentos clandestinos e irregulares, marcada até aqui, no âmbito da Prefeitura, por ineficiência e timidez; prevemos, até o fim do ano, o começo da tiragem de dez jornais por mês dirigidos às comunidades faveladas da cidade e a finalização de um estudo de conjunto sobre a miséria urbana no Rio de Janeiro.

Nada disso foi feito em nome do PT, mas em nosso próprio, como profissionais engajados na luta do povo. Nenhum de nós possui, ademais, cargos de direção ou representação parlamentar do Partido. Insistimos, no entanto, que, por sua natureza, a Secretaria de Desenvolvimento Social - "prefeitura de favelas" - pode articular-se com grande eficácia com uma política de massas levada a cabo pelo próprio PT, de forma independente, dentro das comunidades e entre os sem-terra da cidade. No entanto, em vez de discutir esse assunto, em vez de organizar seu próprio trabalho junto do povo contanto com os espaços que estão sendo abertos, prefere o PT do Rio permanecer imerso em reuniões de natureza disciplinar, nas quais, aliás, nosso trabalho prático nunca foi criticado (isso também é detalhe...). Melhor desempenho apresentam PCdoB e o próprio PDT, com os quais cruzamos seguidamente, em campo, organizando lutas que nós apoiamos.

Há mais. Nenhum condicionamento de natureza eleitoral nos prende à SMD. Reafirmamos publicamente, diversas vezes, que nenhum de nós é candidato a cargo eletivo e que, suspensas as punições, nosso candidato à Prefeitura no próximo ano será aquele indicado na convenção do nosso partido. Propomos, para enfrentar essa questão a elaboração de um programa mínimo para a cidade que envolva, em primeiro lugar, os elementos fundamentais de uma gestão democrática e comprometida com um vasto programa de reforma urbana. Entre outros pontos, ele deve contemplar o combate à segregação espacial e social do povo pobre, a transparência dos orçamentos públicos, o controle das comunidades sobre os planos de zoneamento dos respectivos bairros, a descentralização administrativa, a suspensão dos subsídios às empresas de transporte e a progressiva municipalização do setor, o compromisso com a escola pública em horário integral, a multiplicação e descentralização dos espaços culturais e a democratização do acesso à posse da terra. Uma vez formulado tratar-se-á de programa bem mais avançado do que aquele realizado pela administração de Saturnino Braga - mas também muito diferente das sandices normalmente oferecidas pelos revolucionários da retórica, os lumpens da política e os profissionais do aparato, cujo universo se resume a meia dúzia de palavras de ordem repetidas à exaustão.

Nós achamos que a expressão eleitoral deste programa pode dar-se em torno de um candidato próprio do PT ou em alianças que devemos conscientemente buscar construir, constituindo para tal um fórum consultivo entre forças de esquerda não alinhadas com a Nova República ou com a perpetuação do brizolismo. Nós defendemos o lançamento, em novembro, de um pré-candidato do PT, como estratégia de acumulação de forças e preparação de alternativa própria, se ela se impuser. Quanto à hipótese de realização de eleições diretas para a presidência da República no próximo ano, Wladimir não chega a mentir, mas também não diz a verdade. Nossa posição é comum: Luis Inácio Lula da Silva é o candidato, e qualquer composição em nível municipal terá que levar isso em conta. A diferença é que não queremos fazer a campanha de Lula, na segunda maior cidade do país, de forma brancaleônica, em cima do tamborete que Wladimir ocupa às sextas-feiras, na Avenida Rio Branco, para realizar perorações que apenas atrapalham o trabalho de camelôs e testemunhas de Jeová. Tentaremos atrair para esta campanha a maior coligação possível de forças e teremos o pé colado nas 440 favelas da cidade.

No momento, estamos realizando um trabalho que, se o PT assim desejar, poderá contribuir para modificar a imagem de um Partido que não conquistou - et pour cause! - a confiança da opinião pública fluminense como alternativa de governo. O Partido tem o direito de não assumi-lo como seu, se assim desejar. Mas que, pelo menos, faça política de massas, e conte conosco. E nos deixe trabalhar em paz. Só não concordamos com o isolacionismo deliberado e inconsequente que, conjugado à paralisia e fortalecimento pela caça às bruxas, conduzirá ao fiasco de 1985 ou à realização de alianças eleitorais de última hora. Eis aí o adesismo.

Novembro de 1987
César Benjamim militante do PT/RJ

ERRAMOS

A matéria intitulada "O drama dos índios de Rondônia" publicada na edição nº 32, na página 12, não é de autoria do Secretário Agrário, Geraldo Pastana, e sim da jornalista Cristina Avila da Silva.

Contra o terrorismo do latifúndio

A direção regional do Partido dos Trabalhadores vem tornar pública sua posição de revolta e protesto frente ao assassinato do Presidente do PT - Cajueiro, companheiro João Ribeiro, assim como frente à violência policial contra os trabalhadores da Usina Capricho, que invadiu casas e prendeu inocentes.

O companheiro João Ribeiro foi um dos fundadores do PT-Cajueiro, um dos principais articuladores da greve geral realizada pelos funcionários da Usina Capricho no ano passado e um dos organizadores da chapa de oposição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar. Um companheiro que não media esforços para lutar contra as injustiças promovidas pela direção da Usina Capricho apesar do clima de violência imposto pelo latifúndio e seu exército de jagunços assassinos, no Estado de Alagoas e em todo o País onde a luta por uma reforma agrária justa e sob o controle dos trabalhadores tem mobilizado os trabalhadores do campo e da cidade em busca de seus direitos.

A morte do companheiro João Ribeiro vem se somar à lista de vítimas da violência e da fome promovidas pela concentração da terra nas mãos dos grandes capitalistas. Os assassinos de João Ribeiro eram pistoleiros

João Ribeiro da Silva

profissionais contratados pela Usina e acobertados pelo Grupo Toledo que controla, pelo peso do poder econômico, a política de Cajueiro e vê como ameaça a seu domínio a organização de um instrumento político dos trabalhadores como o PT.

A violência cometida contra os trabalhadores de Cajueiro demonstra mais uma vez que a justiça para os trabalhadores só será conquistada por nossa própria organização e luta. Não podemos esperar mudanças daqueles que sempre nos exploraram e perseguiram.

Exigimos justiça e a punição dos mandantes e assassinos do companheiro João Ribeiro e de todos os trabalhadores assassinados pelo latifúndio da cana no Estado de Alagoas.

PT - Cajueiro/AL

Mais um crime do latifúndio

Três pistoleiros mataram, no dia 23/10/87, João "Ventinha", 25 anos, e, no dia 24/10/87, assassinaram Sebastião Pereira de Souza, 51 anos, e seu filho caçula Clésio de 3 anos numa estrada vicinal na altura do Km 170 da PA 150, perto de Goianésia, município de Rondon do Pará.

Os mandantes desses três crimes são os irmãos Herminio, dono de uma serraria no Km 142 da PA 150, Joaquim José, dono de uma loja de armas em Imperatriz/MA e João Manuel. Os três irmãos dizem ter comprado as glebas onde os posseiros faziam suas roças - 30 Km dentro da mata à margem direita da PA 150, KM 162 - de Chico Cacau, famoso pistoleiro e grileiro da região, morto em 1983 num acerto de contas entre pistoleiros.

Sebastião Pereira de Souza era acusado pelos mandantes de seu assassinato de "liderar uma invasão em suas terras".

Os pistoleiros foram à casa de Sebastião e como não o encontraram atiraram em alguns trabalhadores, matando João Ventinha com um tiro calibre 12 na boca.

A família de Sebastião foge para Goianésia e passa a noite na casa do Sr. Rui Baiano, morador do arrastão do Km 170 da PA 150, antes de chegar ao destino. Joaquim José leva os três pistoleiros ao arrastão. Quando encontram Sebastião com seu filho caçula no colo, atiram neles. Sebastião tenta escapar mas seu filho é alvejado. Os pistoleiros saem no encalço de Sebastião que logo é alcançado e morto com um tiro na cabeça, os estilhaços esvaziaram a cavidade craniana e deixaram seu rosto irreconhecível.

Sua esposa, Maria de Jesus Santos, um filho de 9 anos e duas mulheres conseguem escapar, chegar a Goianésia e comunicar a chacina à população.

Marabá/PA 28/10/87
Fetagri
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá
ADT de Nova Jacundá
CUT Pará
CPT Marabá
Serviço Paz e Justiça Brasil Norte

PT crescendo

Gostaríamos que o Boletim Nacional desse conhecimento a todos os companheiros leitores que foi inaugurada, no dia 17/09/87, a sede do núcleo de Base da QNG em Taguatinga - DF. A inauguração foi uma festa onde estiveram presentes Lula, Jacó Bittar, Chico Vigilante, lideranças do PT local e todos os companheiros do núcleo.

Gostaríamos de nos corresponder com todos os núcleos do PT a fim de trocar conhecimentos e experiência de militância. Nosso endereço é: QNG 26 casa 10 - Taguatinga/DF CEP 72000

Orlando Ribeiro de Sousa/Núcleo QNG

Sapataria Nicarágua

Foi lançado recentemente "Sapataria Nicarágua", um texto para teatro de nossa companheira Cristina Tramonte. A peça é uma "parábola de amor político e até evangélico que nos conturba e compromete", conforme declara o bispo do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, no prefácio da obra.

Sapataria Nicarágua é fruto de uma minuciosa pesquisa realizada por Cristiane Tramonte, a partir de seu relacionamento com os próprios agentes do processo revolucionário durante sua estadia em Nicarágua.

Marcio Vieira de Souza

CRISTIANA TRAMONTE

SAPATARIA NICARÁGUA

NOV/DEZ/JAN de 1988 - n.º 33

Órgão Informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041
São Paulo/SP fone: (011) 575-2299

Marisa Lourenço
Max Alberto Gonzales

Composição, Fotolito e Impressão: **DCI**

15 mil exemplares

CUPOM

Autorizo a remessa de um pacote do Boletim Nacional e envio o cheque de pagamento que deverá ser descontado em .... dias.

☐ pacote de 50 boletins, no valor de Cz$ 300,00

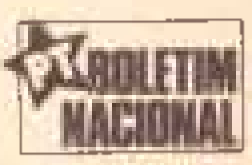
☐ pacote de 100 boletins, no valor de Cz$ 500,00

☐ pacote de 150 boletins, no valor de Cz$ 850,00

☐ pacote de 200 boletins, no valor de Cz$ 1.000,00

Responsável pela compra .....
Diretório .....
Endereço ..... n.º .....
Fone ..... Cidade .....
CEP ..... Estado .....

ASSINE



Nome .....
Endereço .....
.....
Cidade .....
CEP ..... Estado .....

Anual ☐ Cz$ 150,00 Bianual ☐ Cz$ 300,00

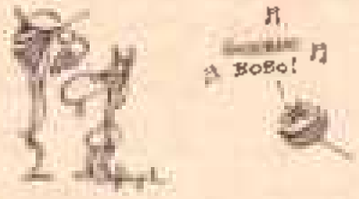
Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - Boletim Nacional - Av. 11 de Junho, 260 CEP 04041 - São Paulo - SP

HENFIL SAUDADE

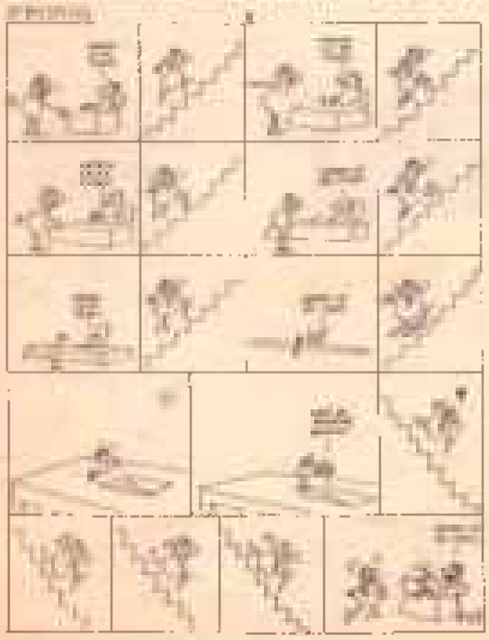
"Durante os quinze dias após a vitória do PMDB, os jornais não discutiam a derrota do PDS, ou a fuga do Jânio Quadros, ou as cagadas que o Montoro ia fazendo. Todo mundo discutia o PT. Faziam críticas com as quais a gente ficou magoado (que a gente só permite a amigos fazerem).

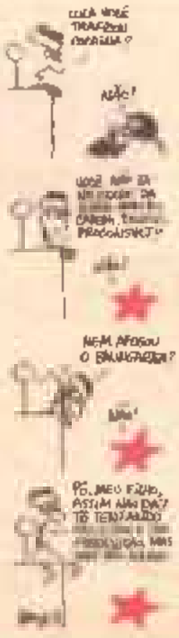
"Existe um Brasil com mil, cinco mil anos! Não vamos aceitar esse negócio dos 483 anos dos portugueses. Esse Brasil que já puniu a Fordlândia ou a Jari lá na Amazônia, este Brasil que vai nos punir, o mato vai nos cobrir. O mato malufeano vai nos cobrir porque não temos conhecimento mínimo se aquilo lá é jararaca, se é cobra que não tem veneno ou urubu. Realmente nos falta uma visão do Brasil.

"Uma vez eu fiz um cartum. Um cara chegava numa repartição pública federal em Brasília e fazia uma determinada pergunta, e a secretária dizia: "ordem lá de cima". A pessoa subia os degraus e tinha uma mesa um pouquinho maior, e uma secretária, - mesma coisa: "ordem lá de cima". Mais escada, mesa maior, "ordem lá de cima". Subiu no topo do edifício, lá no telhado, olhou prum lado, pro outro, não tinha nada. E pelo poço em que tinha entrado ele gritou: "vá pentear macaco, pôrra!". Quando ele sai na portaria, encontra a secretária que diz: "ordens lá de cima, pô!.



"Tenho sentido isso como experiência de vida no Brasil. É um negócio extraordinário: não tem ninguém mandando no Brasil, não tem nada lá em cima! E no PT também. Estamos todos esperando "ordem lá de cima". Às vezes, tenho vontade de, por sacanagem, dar uma ordem: quinta-feira em Brasília, tá? Vai 'tidi' mundo lá! E o que é? Ordem lá de cima!





"Um problema que me toca é o problema das comunicações dentro do PT. É a pedra de toque de tudo isso aí. Em 64, acompanhei como é que eles criavam o que não existia. Eles noticiavam invasões de terra, reuniões das ligas camponesas, que não estavam nem marcadas. Mas é aquele negócio: "ordem lá de cima". "Mas quem é que convocou? - Ah!, não importa, agora que estamos aqui vamos fazer". Quer dizer, eles organizam, através da imprensa, rádio e televisão, todo um movimento de esquerda revolucionária que iria comunizar o Brasil. A rapidez com que ganharam prova que não existia nada daquilo. Assim vê-se a importância da comunicação, já que os conglomerados urbanos é que mandam. Não pode ser na base do boca-a-boca, na base do bota um cartaz que está resolvido.

"É interessantíssimo que o único partido legal brasileiro é o PT. O único. O resto não tem militância, só tem sede. Tem caciques.

"No entanto a gente não acontece, as pessoas não sabem da gente.

"O microfone e a imprensa já foram inventados há muitos anos. No entanto a gente não usa. Aí vem esse empanamento geral. Crises surgem, igualzinhas, em todos os lugares. Daqui a vinte anos vamos ter crises surgindo num determinado núcleo que ainda não soube que ela já foi resolvida em 1983. Em 2003 este núcleo estará em crise por falta de comunicação."

Depoimentos de Henfil em um Debate realizado pela Fundação Wilson Pinheiro no dia 21 de maio de 1983.